Órgão oficial da
Sociedade Nacional de Agricultura
Fundada em 1897

Jul/Ago. 82 • Ano LXXXIV

A Lavoura

ISSN 0023.9135

Projeto Magé:
Integração vertical de comércio/produção

Confinamento de
bovinos

O Nacional dá a boa nova, o crédito e o projeto: Terra irrigada é colheita triplicada.

PROFIR - Programa de Financiamento para
Aquisição de Equipamentos de Irrigação.

Primeiro o Nacional planeja: estuda as condições de sua terra e indica o melhor tipo de equipamento a ser usado.

Depois, o Nacional assessora: ensina as melhores técnicas de plantio e de uso do solo. Para facilitar, o Nacional financia: até seis anos para pagar com prazo de carência de até dois anos.

Quando chegar o tempo da primeira colheita, você vai

constatar: terra irrigada é colheita triplicada.

Colheitas por ano:		
	<i>sem irrigação</i>	<i>com irrigação</i>
<i>Hortalças</i>	2	12
<i>Grãos</i>	1	3

Plante mais. Colha mais. Ganhe mais.

NACIONAL

O Banco que está a seu lado

Sumário

Nossacapa

Fazenda Santa Inês: um exemplo de produtividade

A cadeia de supermercados Sendas entra na produção de hortigranjeiros e carne, com o Projeto Magé.

É a integração vertical do comércio e produção.

Página 26

Fatores de produção e comercialização de hortaliças analisados em seminário na SNA

A SNA realizou, em conjunto com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Rio de Janeiro, o I Seminário Nacional sobre Exploração de Hortaliças Solanáceas.

Foram sugeridos, durante o encontro, um elenco de diretrizes e linhas de ação, objetivando o desenvolvimento do setor ajustado à realidade do mercado.

As sugestões apresentadas estão sintetizadas no documento "Conclusões e Recomendações do I Seminário sobre Exploração de Hortaliças Solanáceas", que A Lavoura traz nesta edição.

Página 9

Congresso propõe medidas para desenvolvimento do setor leiteiro

O Ministério da Agricultura e Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, realizaram naquele Estado, O VII Congresso Nacional de Laticínios.

As conclusões do encontro estão condensadas em seu documento final, que A Lavoura publica nesta edição.

Página 38

Arroz: recomendações para utilização da cultivar IR 841

Este artigo esclarece desde as características principais da cultivar 841, até a forma correta de plantio, colheita e secagem dos grãos, analisando, ainda, os aspectos comerciais do produto.

São fornecidos, também, endereços dos locais onde podem ser adquiridas sementes da cultivar 841.

Página 44

Confinamento de bovinos: maior oferta de carne

A adoção da produção intensiva de carne bovina em larga escala pode resultar em lucros para os criadores e trazer vantagens aos consumidores, em especial dos grandes centros urbanos, que poderão dispor de carne fresca durante todo o ano.

Entretanto, alguns pontos devem ser considerados no confinamento de bovinos, como por exemplo, a localização dos piquetes, a alimentação adequada, os tipos de animais a serem confinados e o manejo correto. Todos estes aspectos são detalhados neste artigo.

Página 14

Seções

Política Agrícola	5
SNA 85 Anos	6
Panorama	20
Agenda	29
Exposições e Feiras	31
Extensão Rural	36
Livros e Publicações	42
Empresas	46
Cartas	48

A Lavoura

ISSN 0023-9135

Órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura
Av. General Justo, 171 - 2.º andar - CEP 20021
Rio de Janeiro - RJ - Telefones: 240-457 e 240-4149

Editor
Antonio Mello Alvarenga Neto

Editora Assistente
Cristina Lúcia Náfel Baran

Produção Gráfica:
José Carlos Martins

Ilustração:
Marco Antonio de Moura Dias

Programação visual:
José Carlos Martins e Marco Antonio de Moura Dias

Rua Maria Amália, 591 -
Cob. 01 - Tijuca
Telefones: 238-6745 e 288-3167

Colaboradores:
Joel Naegele
José Santana
Luiz J. M. Aroeira
Joil A. E. Agostini
Godhard H. Bodens
Carlos F. Mignone
Walmick Mendes Bezerra
Sylvia Maria da Franca
Silvinho Amorim Neto
Aldo Bezerra de Oliveira
Glória Marta Bellon Fernandes
Sinval Palmeira

Composição:
Lídio Ferreira Júnior Artes Gráficas e Editora Ltda.
Rua dos Inválidos, 143 - Centro
Telefones: 232-6177 e 232-5956

Impressão e acabamento:
Gráfica e Editora Itapuan Ltda.
Rua Felisbela Freire, 648 - Ramos
Telefone: 270-7146

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores.

Diretoria geral

Presidente	Octavio Mello Alvarenga
1.º Vice-Presidente	Gilberto Conforto
2.º Vice-Presidente	Osaná Sócrates de Araujo Almeida
3.º Vice-Presidente	Alfredo Lopes Martins Neto
4.º Vice-Presidente	Antonio Evaldo Inojosa de Andrade
1.º Secretário	Elvo Santoro
2.º Secretário	Otto Lyra Schrader
3.º Secretário	Luis Emygdio de Mello Filho
1.º Tesoureiro	Joel Naegele
2.º Tesoureiro	João Buchaul
3.º Tesoureiro	Carlos Elyσιο A. Góes de Araújo

Diretoria técnica

01	José Carlos Vieira Barbosa
02	Acyr Campos
03	Geraldo Coutinho
04	Lelivaldo Antonio de Brito
05	Severino Veloso de Carvalho
06	José Carlos Fonseca
07	Carlos Arthur Repsold
08	Fausto Aita Gai
09	Sergio Carlos Lupatelli
10	
11	Luiz Guimarães Neto
12	Fernando Pegoraro Barcelos
13	Marco Aurélio Andrade Correa Machado
14	Hélio de Almeida Brum
15	Ediraldo Matos Silva

Vitalicios

01	Otto Frensel
02	Geraldo Goulart da Silveira

Conselho superior

Cadeira	Patrono	Titular
1	Ennes de Souza	Fausto Aita Gai
2	Moura Brasil	Geraldo Goulart da Silveira
3	Campos da Paz	Hélio Raposo
4	Barão de Capanema	Luiz Marques Poliano
5	Antonino Fialho	Armênio da Rocha Miranda
6	Wencesláo Bello	João de Souza Carvalho
7	Sylvio Rangel	João Buchaul
8	Pacheco Leão	Carlos Arthur Repsold
9	Lauro Müller	Edmundo Campelo Costa
10	Miguel Calmon	Paulo Agostino Neiva
11	Lyra Castro	Edgard Teixeira Leite
12	Augusto Ramos	Luiz Simões Lopes
13	Simões Lopes	Theodorico Assis Ferraço
14	Eduardo Cotrim	Luiz Fernando Cime Lima
15	Pedro Osório	Israel Klabin
16	Trajano de Medeiros	Luiz Guimarães Junior
17	Paulino Cavalcanti	Rufino D'Almeida Guerra Filho
18	Fernando Costa	
19	Sergio de Carvalho	
20	Gustavo Dutra	Oswaldo Ballarin
21	José A. Trindade	Carlos Infante Vieira
22	Ignácio Tosta	João Carlos Feveret Porto
23	José Saturnino Brito	Fábio Luz Filho
24	José Bonifácio	Octávio Mello Alvarenga
25	Luiz de Queiroz	José Resende Peres
26	Carlos Moreira	Charles Frederick Robbs
27	Alberto Sampaio	Jorge Wolney Atalla
28	Navarro de Andrade	Gilberto Conforto
29	Alberto Torres	Romulo Cavina
30	Sá Fortes	Otto Frensel
31	Theodoro Peckolt	Renato da Costa Lima
32	Ricardo de Carvalho	Otto Lyra Schrader
33	Barbosa Rodrigues	Carlos Helvídio A. dos Reis
34	Gonzaga de Campos	Amaro Cavalcanti
35	Américo Braga	
36	Epaminondas de Souza	Apolônio Sales
37	Mello Leitão	Armando David F. Lima
38	Aristides Caire	Milton Freitas de Souza
39	Vital Brasil	Flávio da Costa Britto
40	Getúlio Vargas	

Comissão fiscal

Efetivo	Suplentes
01 Amaro Cavalcanti	01 José Teixeira Garcia
02 Celso Juarez de Lacerda	02 Francisco Jacob Gayoso D'Almendra
03 Célio Pereira Ribeiro	03 Jefferson de Araújo Almeida

Sociedade Nacional de Agricultura

Fundada em 16 de janeiro de 1897

Reconhecida de Utilidade Pública pela Lei n.º 3549 de 16/10/1918

Av. General Justo, 171 - 2.º andar
Tels.: (021) 240-4573 e (021) 240-4149
Caixa Postal 1245 - CEP 20021
End. Telegráfico VIRIBUSUNITIS
Rio de Janeiro - Brasil

Política agrícola

Joel Naegele*

A SNA brilhou intensamente no mês de agosto

O mês de agosto ficou gravado com letras douradas no calendário da Sociedade Nacional de Agricultura.

Como já se tornou uma constante, a administração de Otávio Mello Alvarenga vem se superando na realização de eventos que estão marcando decididamente, a presença da SNA no quadro das coisas ligadas à agricultura e à pecuária.

Além das atividades do dia-a-dia das várias comissões voltadas para estudos e aconselhamentos em áreas específicas, no geral, o desempenho da Sociedade se projeta de maneira vigorosa, balançando os alicerces de uma política que sempre desconsiderou a importância do campo, nas horas de decisão.

A entrega dos "Destques A Lavoura" ocorrido no dia 11 de agosto, no Rio de Janeiro se constituiu num sucesso absoluto pela presença maciça dos destacados e dos convidados.

O brilho das presenças só se poderia comparar com a beleza da justiça das homenagens já que a Sociedade se interiorizou, indo buscar, nos vários quadrantes do País, pessoas intimamente ligadas ao trabalho que se desenvolve na terra, e que enriquecem o Brasil.

Sentaram-se à mesa dos premiados, para receberem seus lauréis, homens do leite do nordeste de Minas; homens da soja e do trigo do Rio Grande do Sul; da silvicultura de São Paulo; do crédito rural do Rio de Janeiro; da Universidade Brasileira voltada para a terra; do açúcar e do álcool, da administração pública, enfim uma plêiade de personalidades que não podiam ficar esquecidas e que a SNA não esqueceu.

E, como se isso não bastasse para dar o brilho do mês de agosto, a realização do Seminário Internacional do Crédito Rural coroou com brilho inexcelável, o magnífico

desempenho da atual administração da SNA nessa segunda metade do ano da graça de 1982.

A participação de figuras de renome internacional; a presença de profundos conhecedores do crédito rural no Brasil aliado ao comparecimento de autoridades do Governo e de importantes líderes da classe rural brasileira, montaram o magnífico cenário que tinha como pano de fundo a necessidade do encontro de saídas para a política do crédito rural.

Por muito tempo ainda se vão ouvir os ecos e as ressonâncias desse importante serviço prestado ao Brasil e à classe rural brasileira, pela Sociedade Nacional de Agricultura.

* Joel Naegele é Diretor-Tesoureiro da SNA e Assessor da Presidência da CCPL - Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda.

Almoço reúne novos conselheiros da SNA e Destaques A Lavoura

A Sociedade Nacional de Agricultura promoveu, no dia 11 de agosto, um almoço de confraternização para entrega dos Destaques "A LAVOURA" 79, 80/81 e posse de membros do Conselho Superior.

Tomaram posse no Conselho Superior da S.N.A., Israel Klabin e Jorge Wolney Atalla e receberam o Destaque "A LAVOURA" Antonio Evaldo Inojosa de Andrade, Eduardo Pereira de Carvalho, José Joaquim Pires de Albuquerque, Paulo Tarso Alvim, Romeu Bamberg, Rubens Ilgenfritz da Silva, Sérgio Carlos Lupatelli e Silas Dias Costa.

Conselho superior

Israel Klabin - matemático e Engenheiro Civil pela Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, vem de há muito servindo ao nosso país. Foi Consultor e Planejador de desenvolvimento regional e co-autor das diretrizes para desenvolvimento do nordeste brasileiro; Membro do Conselho do Instituto David Horowitz para Pesquisa dos Países em Desenvolvimento, da Universidade de Tel Aviv; Membro efetivo da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza; Membro do Conselho Internacional do Center for Strategic and International Studies; Conferencista na Universidade Federal do Brasil, na Fundação Getúlio Vargas, na Universidade de Harvard, na Universidade de Tel Aviv, e diversas outras instituições de ensino no Brasil, Estados Unidos e Israel. Carioca, teve a oportunidade de governar sua terra, como Prefeito do Rio de Janeiro, em 1980. Atualmente, preside o Banco do Estado do Rio de Janeiro, o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro e a Conferj, órgão que coordena as finanças do Estado.

Jorge Wolney Atalla - Engenheiro de Petróleo, Master's of Science, possui tese em novo processo para produção de asfalto,

O almoço de confraternização para posse dos novos membros do Conselho Superior e entrega dos Destaques A Lavoura foi bastante concorrido, com a presença de personalidades da área agrícola nacional.

O almoço transcorreu em clima da maior cordialidade, na foto, Israel Klabin e Octavio Mello Alvarenga.

patenteada pela Universidade de Tulsa, Estados Unidos. Portador de diversos títulos honoríficos, destaca-se, entre outros, o de "Homem do Ano" de 1977, conferido pela Câmara Brasileira-Americana de Comércio. Como técnico, seu trabalho foi marcante em setores da mais alta expressão na economia brasileira, como o Petróleo e o Alcool, tendo exercido a presidência da União São Paulo, Indústria e Comércio; da Cia. União de Refinadores; Presidente da Hills Bros., Inc. e Vice-Presidente da Kuwait Sugar Company; Presidente e Vice-Presidente de várias entidades de classe e, como empresário, Diretor-Superintendente de

importantes organizações, que representam parte substancial da iniciativa privada brasileira.

Destaques A Lavoura

Antônio Evaldo Inojosa de Andrade - Oriundo do nordeste brasileiro, região fecunda em problemas, mas que, ainda assim, também responde pela infraestrutura da economia nacional, com o açúcar produzido desde o recôncavo baiano ao extremo norte da ex-capitania de Pernambuco. Sua atuação no setor confere-lhe notável destaque.

O Engenheiro Agrônomo Antônio Evaldo Inojosa de Andrade, homem de marcante sensibilidade, intelectual festejado, cedeu aos apelos da terra e a ela dedicou toda a sua existência. Seu trabalho pela agroindústria o colocou na liderança absoluta da honrosa lista de nomes que impulsionam esse setor econômico. Presidindo a COPERFLU, plantador de cana em Campos, bravo produtor de álcool, profundo conhecedor de tudo aquilo que se relacione com a cana de açúcar, os programas de álcool - e suas decorrências.

Eduardo Pereira de Carvalho - Paulista prodigioso, de carreira ascensional. Durante sete anos, de 1967 a 1974, foi As-

Dois vice-presidentes da SNA: Osanã Almeida entregou o Destaque A Lavoura para Antonio Evaldo Inojosa (D), por sua atuação no setor da agroindústria açucareira.

Rubem Ilgenfritz da Silva, presidente da Cotrijui, recebeu o Destaque A Lavoura das mãos de outro líder cooperativista, Alfredo Lopes Martins Neto.

José Joaquim Pires de Carvalho exhibe a placa do Destaque A Lavoura

Iris Pedro de Oliveira, presidente do GETAT, foi Destaque A Lavoura, por sua brilhante atuação à frente do órgão.

Sérgio Carlos Lupatelli (D), recebeu das mãos de Antonio Carrera o Destaque A Lavoura na categoria de reflorestamento.

Paulo Tarso Alvim (E), com seu Destaque A Lavoura, ladeado por Romeu Bamberg e Edmundo Campello Costa.

essor do Ministro Delfim Neto, inclusive como Coordenador da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda, entre os anos 70 e 74. Foi, ainda, membro do Conselho Nacional de Comércio Exterior e Diretor da Companhia Vale do Rio Doce. Nos anos seguintes a 1979 ocupou a Presidência das Empresas "Vale Norte Alumínio", "Rio Doce Geologia e Mineração", "Albrás" e "Alunorte". Antes de voltar ao Ministério da Fazenda, como Secretário Geral, em 1980, exerceu importante função de Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, e em abril do ano passado, aos 43 anos de idade, seus méritos o elevaram à Presidência do Banco do Estado de São Paulo.

Iris Pedro de Oliveira - Atual Presidente do Grupo Executivo para a Regularização das Terras Araguaia-Tocantins, da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, passou antes pelo crivo de funções

que constituíram verdadeira forja para o seu desempenho nos dias atuais. Bacharel em direito tem, entre outros títulos, os de especialista em Reforma Agrária, Cadastro e Tributação Rural; Direito Agrário, Penal e Processo.

José Joaquim Pires de Carvalho - Hoje Diretor de Estabelecimento de Crédito dos mais respeitáveis de nosso Estado - o Banerj - contribuiu de maneira ímpar para o fortalecimento de uma mentalidade ruralista na política creditícia e assistencial do Banco do Brasil, onde exerceu as mais diversas e importantes funções, desde encarregado de estudos técnicos de crédito agrícola a membro de importantes comissões desse Banco, ligadas à política ruralista do estabelecimento. Fez-se, por tudo isso, merecedor do posto que ora ocupa: Diretor de Crédito Rural do Banco do Estado do Rio de Janeiro, onde sua eficiência se desdobra para impulsionar as rodas nem sem-

pre bem lubrificadas pela classe empresarial da terra fluminense.

Paulo de Tarso Alvim - Graduado em Agronomia pela veneranda Escola Superior de Agricultura da Universidade Federal de Viçosa, em Minas, pós-graduado da Universidade de Cornell Ithaca, Nova Iorque, Doutor em Filosofia Vegetal, Agricultura Tropical e Ecologia. No Brasil, a partir de 1948 até 1950, ocupou a Cátedra de Botânica e Fisiologia Vegetal na Escola de Viçosa. Em janeiro de 51; mais uma vez no exterior, em Costa Rica, e de 55 a 63 em Lima, Peru, desenvolveu suas atividades de pesquisador e professor da Organização dos Estados Americanos no Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas. De abril de 1963 até o momento presente, tem a seu cargo a Direção Técnica Geral da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) cedido pelo Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA, em

Eduardo Pereira de Carvalho (D), recebe seu Destaque A Lavoura de Israel Klabin, sob às vistas de Octavio Mello Alvarenga.

Romeu Bamberg (D), recebeu das mãos de Otto Frensel o Destaque A Lavoura.

convênio com o Governo Brasileiro. É o principal responsável pelo planejamento, organização e instalação do Centro de Pesquisas do Cacau (CEPEC), Departamento de Extensão (DEPEX), Escola Média de Agricultura da Região Cacaueira (EMARC) e demais programas de Assistência Técnica e Desenvolvimento agrícola da CEPLAC.

Romeu Bamberg - Engenheiro, formado na Escola de Viçosa, tem sido um valente combatente de nossas hostes. Romeu Bamberg é um consciente cooperativista, com destacada atuação na Cooperativa de Laticínios de Theophilo Otoni, onde foi Secretário e Diretor-Presidente, credenciando-se para vir a ser Conselheiro Fiscal do Montepio Cooperativista Brasileiro e da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (OCEMG), além de Diretor Industrial da Cooperativa Central dos Produtores de Leite (CCPL) e Membro do Conselho Fiscal da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Rubem Ilgenfritz da Silva - Título de Engenheiro conquistado com brilhantismo na Faculdade de Agronomia e Veterinária da Universidade do Rio Grande do Sul. Sua personalidade vem se afirmando desde aí, desde as lutas acadêmicas, durante as quais partilhou de momentos hoje ternamente

Jorge Wolney Atalla, um dos maiores empresários rurais do Brasil, também tomou posse no Conselho Superior da SNA.

José Sylvio Magalhães entregou a **Silas Dias Costa (E)** o Destaque A Lavoura.

lembrados Firmou-se-lhe, então, uma consciência que na vida prática se consubstancia nesse enaltecido histórico profissional: Fundador e Diretor Técnico da Associação Conservacionista de Ijuí; primeiro Engenheiro Agônomo da Cooperativa Regional Trifíclica Serrana, responsável pelo setor de produção de sementes; Vice-Presidente da Cooperativa Regional Trifíclica Serrana e seu atual Presidente; Membro do Conselho de Administração da Federação das Cooperativas Brasileiras de Trigo e Soja (Fecotriço); Vice-Presidente da Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul (Ocergs); Membro do Conselho de Comércio Exterior da Confederação Nacional da Indústria; Membro Titular do Conselho Nacional de Cooperativismo; e Presidente da Cooperativa Central Gaúcha de Hortigranjeiros; Presidente da Cotrijuí.

Sêrgio Carlos Lupatelli - Trata-se de uma figura por demais conhecida na vida pública brasileira. Presidente reeleito da Sociedade Nacional de Silvicultura, com sede em São Paulo, empunha até hoje a bandeira da Preservação e Desenvolvimento da silvicultura, reconhecendo de máxima importância, como dever cívico e moral, incentivar os povoamentos florestais que reconstroem as terras degradadas.

Silas Dias da Costa - Outro Cooperativista de envergadura. Apesar de ainda jovem, constam de seu currículo os seguintes e importantes dados: Membro do Conselho Fiscal da Cooperativa Agropecuária Vale do Rio Doce, Diretor Comercial e seu atual Presidente. Em 1974/1977, foi Diretor Comercial da Cooperativa de Eletrificação Rural do Rio Doce. Tem vários cursos de especialização cooperativista e é Membro do Conselho da Fundação "Percival Farquhar" instituição mantenedora da Universidade Santos Dumont.

Rio Paraíba debatido na SNA

A SNA promoveu, em 21 de junho, Painel Ecológico-Econômico, sobre o Rio Paraíba.

O evento, aberto pelo Presidente da SNA, Octavio Mello Alvarenga, contou com a presença do Secretário de Agricultura do Rio de Janeiro, Edmundo Campello Costa; do Dr. Edgard Teixeira Leite, membro do Conselho Superior da SNA; além de vários representantes de instituições ligadas à proteção do meio ambiente.

Participaram do Painel, o Presidente da FEEMA, Evandro Rodrigues de Brito; o Presidente da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza, Almirante Ibsen de Gusmão Câmara; o Diretor da SNA, Luiz Emigdio de Mello Filho; e o Coordenador Regional da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE, Pedro Mello.

Evandro de Brito, explanando o trabalho da FEEMA na despoluição do Paraíba, afirmou que o rio é um recurso natural, portanto, um recurso da população. Enfatizou o "Relatório de Violação Padrão", campanha que a FEEMA faz nos sistemas receptores para ver a qualidade da água.

O Almirante Ibsen de Gusmão apresentou um quadro sombrio sobre a devastação da natureza em nosso país. "O problema do rio Paraíba - disse ele - apesar de gravíssimo, não é o único existente. É apenas um exemplo do que está acontecendo no Brasil. Trata-se da degradação ambiental que ocorre em todo território nacional, sendo que a causa principal é o aumento absurdo da população brasileira, que é de tal ordem que praticamente inutiliza as iniciativas para melhorar a situação do ambiente. Também a preocupação de acelerar o desenvolvimento a qualquer custo, é uma das causas dessa degradação da natureza", concluiu.

Fatores de produção e comercialização de hortaliças analisados em seminário na SNA

A produção de hortigranjeiros do país tem crescido substancialmente nos últimos anos.

A produção hortícola do país tem apresentado nos últimos anos crescimentos substanciais, atingindo níveis superiores aos verificados para o setor agrícola evidenciando, sem sombra de dúvida, a importância atual dos hortigranjeiros na alimentação do povo brasileiro.

Assim sendo, muitas indagações foram e continuam a serem feitas a respeito do assunto, inspirando certas preocupações e ensejando uma maior disciplina bem como a organização das atividades desenvolvidas no setor, numa tentativa de se buscar o seu ajustamento às realidades do mercado.

Em vista disso, para que a produção nacional de hortigranjeiros se complete no limite da sucessão solidária de safras, eliminando-se, definitivamente, o quadro de coincidências bem como o de

escassez da produção, que tantas inquietações trazem as classes produtoras e consumidoras, elaboraram-se documentos de políticas para o setor hortícola contidos nos Programas Nacionais de Produção e Abastecimento de Alho, Batata, Cebola, Tomate e Maçã. Representam esses documentos a base de um processo inteiramente voltado para a organização do abastecimento interno de produtos hortícolas.

A exemplo dos produtos inseridos no parágrafo anterior, quando foram definidos Programas e Políticas voltados para a sistematização das atividades nas áreas de crédito, pesquisa, assistência técnica e extensão rural, padronização-classificação e embalagens, comercialização e outras ligadas ao sistema de produção e abastecimento para aquele grupo de produtos, a Gerência Nacional de Horticultura objetivando definir, também, diretrizes e linhas de ação para o

Pimentão, Jiló e Berinjela, promoveu, juntamente com a Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento e Sociedade Nacional de Agricultura, o I Seminário Nacional sobre Exploração de Hortaliças Solanáceas, realizado no Rio de Janeiro, nos dias 11 e 12 de agosto passado. Nele tomaram parte professores, pesquisadores, extensionistas, estudantes, atacadistas, supermercadistas, representantes de cooperativas, varejistas e produtores rurais que, após amplos debates, discussões, análise e avaliação dos aspectos relativos a Tecnologia, Pesquisa, Assistência Técnica, Crédito, Mercado e Política de Apoio para as Hortaliças Solanáceas, apresentaram um elenco de medidas que puderam ser sintetizadas no documento Conclusões e Recomendações do I Seminário Nacional Sobre Exploração de Hortaliças Solanáceas, que A Lavoura apresenta na íntegra.

Horticultura

Conclusões e recomendações

Cinco temas foram apresentados no decorrer do I Seminário Nacional sobre Exploração de Hortaliças Solanáceas, a saber: Aspectos Econômicos do Setor, Sementes, Pesquisas-Experimentação e Assistência Técnica, Política de Crédito e Aspectos de Mercado Interno e Externo.

Consubstanciados nos temas propostos, dois Grupos de Trabalho foram constituídos para aprofundamento das discussões relativas as questões das hortaliças solanáceas, principalmente no que diziam respeito ao *Pimentão*, *Jiló* e *Berinjela*, para avaliação dos aspectos de:

- Pesquisa — Experimentação, Assistência Técnica e Sementes; e
- Política de Crédito, Mercado Interno-Externo e Setor Econômico das Solanáceas.

Após amplos debates e examinadas, exaustivamente, todas as características que envolvem o setor, dentro dos temas propostos pelo Seminário, os Grupos de Trabalho apresentaram o documento que se segue, onde são apontados num breve diagnóstico os *Problemas Existentes* (Entraves) e *Propostas de Sugestões e Recomendações* para saná-los.

Grupo de Pesquisa Experimentação, Assistência Técnica e Sementes

Pesquisa — Experimentação

Situação atual

O pequeno número de técnicos para pesquisa e manejo, em comparação ao número de técnicos destinados a pesquisa em melhoramento, aliado ao diminuto número de projetos de pesquisa em pimentão (14), jiló (1) e berinjela (0), constitui-se no principal problema detectado na Área de Pesquisa.

Outro ponto abordado pelos técnicos foi a inexistência de Sistemas de Produção para as culturas de jiló e berinjela.

Sugestões

Para sanar os problemas detectados o Grupo recomenda que:

- a) Devem ser reativadas as reuniões de

Programação entre a Pesquisa/Extensão/Produtor;

- b) Sejam elaborados os sistemas de produção para as culturas do jiló e berinjela; e, por último

- c) Devam ser contratados pesquisadores para trabalharem com linhas de pesquisas ligadas a MANEJO (fitossanidade, adubação, irrigação, etc.)

Assistência técnica e extensão

Situação Atual

A filosofia atual de trabalho da EMBRATER — atendimento da propriedade rural como um todo — eliminando na extensão rural a exclusividade de pessoal para orientação de produtores, segundo o produto ou grupo de produtos, tem prejudicado a olericultura. Outro ponto abordado pelo Grupo de Trabalho como prejudicial ao setor, a falta de uma maior capacitação contínua dos técnicos ligados ao Serviço de Extensão, inclusive com cursos de pós-graduação com disciplinas da Extensão Rural. Esses foram, segundo o consenso geral dos técnicos reunidos, os principais problemas existentes atualmente no setor de olericultura visto sobre a ótica da Assistência Técnica e Extensão Rural. Quanto ao setor das solanáceas, especificamente, inexistente uma diagnose para o jiló e a berinjela.

Sugestões

Como sugestões para minimizar-se os problemas apresentados o Grupo de Trabalho encaminha as seguintes proposições:

- a) Designação de pessoal exclusivo para o setor de olericultura (especialistas), em Micro-Regiões ou Municípios onde essa atividade tenha importância econômica comparada com outras explorações agrícolas;
- b) Elaboração de diagnose para o jiló e berinjela e respectivos Sistemas de Produção para estas duas solanáceas.

Sementes

Situação Atual

A desobrigatoriedade do uso de sementes melhoradas na exploração de olerícolas representa, segundo os técnicos do setor, um retrocesso no desenvolvimento do Programa Nacional de Produção de Sementes. Por serem culturas altamente tecnificadas, de elevado risco de produção, o uso de sementes não certificadas de procedência duvidosa é sem a devida adaptação às localidades regionais influem negativamente no processo de produção das hortaliças, por-

quanto há uma perfeita correlação entre a baixa qualidade desse insumo e:

- a baixa produtividade;
- a dissiminação de agentes patogênicos;
- a dificuldade do Serviço de Extensão na solução de problemas que surgem nas Zonas de Produção, pela grande diversidade de cultivares existentes surgidas pela pura coleta de sementes pelos produtores.

Um outro fator considerado como inibidor do Programa de Produção de Sementes é a importação desse insumo.

A manutenção desse quadro (desobrigatoriedade do uso de sementes melhoradas), diverge, frontalmente, do Plano Nacional de Sementes Fiscalizadas em fase de implantação através da DFA e CESMs, iniciados recentemente.

Sugestões

Visando superar as dificuldades bem como equacionar os problemas ora existentes neste segmento do setor produtivo o Grupo sugeriu:

- a) A criação de uma Comissão Técnica no âmbito do MINAGRI para tratar de produção de sementes de hortaliças. Contará esta Comissão com a participação dos técnicos das entidades públicas e privadas, ficando sob a sua responsabilidade a elaboração dos estudos necessários para a *Definição de política de importação*;
- b) A criação de Subcomissões de olericultura nas CESMs; e finalmente.
- c) Que, nos estados onde o MINAGRI não tenha infra-estrutura para inspeção de campo e fiscalização do comércio de sementes de hortaliças, delegar esse trabalho às Secretarias Estaduais de Agricultura.

Complementando o elenco de sugestões, acham os membros do Grupo de Trabalho que há condições de se atingir a auto-suficiência na produção de sementes das três solanáceas objeto do Seminário, contudo, deve-se observar certos pontos básicos a saber:

- Desenvolver pesquisas regionais, com cultivares locais e adaptadas as condições regionais evitando-se, assim, as importações de outras localidades. Tal iniciativa promoverá um abastecimento constante desse importante insumo, a custo mais baixo, e acarretando maior produtividade por área;
- Evitar-se a produção de sementes nas localidades de produção comercial, visando anular-se a possibilidade de propagação de enfermidades patogênicas;

- Indicar, como Regiões propícias para o Programa Nacional de Sementes, em face de clima definidos — Vale do Rio São Francisco, Distrito Federal e cerrados de Minas Gerais;

- Finalizando propõe, ainda, a formação de produtores especializados na produção de sementes.

Política de crédito, mercado interno — externo e aspectos econômicos

Política de Crédito

Situação Atual

Tem-se observado alguns desajustes entre a produção de hortaliças e consumo. Nota-se, em que pese um relativo crescimento diagnosticado no setor, que o mercado interno vem sendo abastecido com irregularidades, provocando períodos de excesso e escassez. Estes desequilíbrios acarretam desestímulos ao setor produtivo e apreensão, devido aos elevados preços do produto nas épocas de baixa oferta, aos consumidores. Tal fato aliado a própria conjuntura econômica dos países desaconselham essas irregularidades, ensejando uma maior disciplina no setor produtivo visando seu ajustamento às realidades do mercado.

A Gerência Nacional de Horticultura analisando estes aspectos em seu documento — subsídios para a constituição das Comissões Estaduais de Horticultura — é incisiva quando afirma:

“Mais importante do que simplesmente crescer é abastecer. É importante entender que o abastecimento pleno e regular tanto pode se processar via crescimento como via retração da oferta.

É necessário que as regiões produtoras do país entendam que não estão sozinhas no processo de produzir hortaliças, frutas e flores, que procurem conhecer melhor a conjuntura de oferta desses produtos.

É necessário que a produção nacional de hortícolas se complemente no limite da sucessão solidária de safras.

É necessário que se eliminem, definitivamente, o quadro de coincidências e os prejuízos de escassez da produção, que persistem em se repetir, transmitindo projeções inquietantes para o produtor e para o consumidor”.

Portanto, o crédito constitui-se num poderoso instrumento na formulação de uma Política de sucessão solidária de safras.

O subsídio no frete é necessário para baratear-se os custos de transporte dos hortigranjeiros.

Apesar das melhorias, o processo de comercialização ainda deixa muito a desejar.

Horticultura

Pelo que se sentiu nos debates do Seminário, o Crédito Rural vem sendo utilizado de forma indiscriminada e inconseqüente, principalmente por não atentar para este pequeno, porém importante, detalhe na regularização do abastecimento.

Outros pontos diagnosticados pelos técnicos como "entraves" ao processo produtivo, referem-se a:

- Classificação atual dos produtores em MINI, PEQUENO, MÉDIO e GRANDE, segundo a renda bruta de sua produção;
- Inexistência de linhas de crédito destinadas a comercialização de hortigranjeiros;
- Dissociação entre a Assistência Técnica e o Crédito Rural, provocado pela Carta-Circular 706;
- Dificuldade de apuração (laudos) do PROAGRO; e, finalmente
- Inexistência de crédito diferenciado para a horticultura.

Sugestões

Como medidas para sanar os problemas na área de crédito os técnicos sugerem:

- a) Liberação de créditos nas épocas oportunas, perfeitamente delineadas através dos calendários de produção e comercialização calcados nas informações e transparências do mercado;
- b) Classificar os produtores hortícolas em MINI, PEQUENO, MÉDIO e GRANDE, segundo sua renda líquida;
- c) Atrelar ao Crédito Rural a obrigatoriedade da Assistência Técnica;
- d) Desenvolver-se estudos para o estabelecimento de Política de Crédito destinada a comercialização de produtos hortícolas;
- e) Realizar-se meios ou estratégias no sentido de eliminar-se, de uma vez por todas, o duplo financiamento.

Comercialização e Aspectos Econômicos

Situação Atual

Apesar das melhorias já sentidas, o processo de comercialização de hortigranjeiros ainda deixa muito a desejar. A bibliografia a respeito do tema é precária e quase que inexistente. Sente-se que o país carece de uma agressiva política voltada para este importante segmento do setor produtivo no sentido de eliminar-se os vícios e mazelas do passado herdado pelo atual sistema de comercialização.

Assim, foram levantados durante o Encontro pontos que, sem sombra de dúvidas, estão se constituindo em entraves ao melhor desempenho do processo de comercialização. Entre outros foram apontados:

- Desníveis de ofertas, ou seja, abundante em determinados períodos e escasso em outros;
  - Falta de padronização das embalagens, pela diferenciação de medidas entre as mesmas que vêm causando transtornos no mercado;
  - Inexistência ou muito pouco trabalho de pesquisa na área de embalagens;
  - Desobrigatoriedade de classificação dos produtos hortícolas. A classificação é fiscalizada pelo comerciante (comprador) e, assim mesmo, nas épocas de excesso de produção pois, quando a oferta é baixa, o mercado aceita tudo, pagando qualquer preço;
  - Classificação feita considerando-se apenas o tamanho e o aspecto do produto, não se levando em conta o *fator qualidade*;
  - Inexistência ou procedimentos bastantes acanhados com relação a organização de produtores voltadas para a comercialização em parte, devido a uma política menos agressiva do poder público nesse sentido;
  - Inexistência ou realização de estudos esporádicos sobre o mercado varejista, gargalo principal do processo de comercialização, apontado pela quase unanimidade dos técnicos presentes.
- Além destes problemas citados até aqui, o Grupo definiu ainda, alguns entraves que estão perturbando e inibindo a comercialização de produtos hortícolas no mercado externo. Assim, foram apontadas as seguintes irregularidades:
- Inexistência de uma câmara de fumigação em território brasileiro para limpeza dos produtos hortícolas "in-natura" exportados. Tal serviço hoje é executado no Estado de Nova Iorque onerando substancialmente os custos;
  - Excessiva burocracia para liberação dos certificados exigidos para exportação de produtos, principalmente os perecíveis;
  - Fretes de retorno dos "CONTAINERS" incluídos no pagamento do transporte dos produtos que praticamente inviabilizam a utilização deste tipo de operação e que, no entender do Grupo de Trabalho, é a única forma eficiente, no momento, para a operacionalização das exportações de produtos hortícolas;
  - Tipos de embalagens diferenciados — para o mercado interno e externo — que dificultam enormemente o processo de exportação uma vez que inexistente no Brasil a embalagem voltada para o mercado externo;

- Inexistência de armazéns-frigoríficos para hortigranjeiros nos portos e aeroportos;
- A produção de hortigranjeiros voltada para a exportação é desassistida pelo crédito rural.

Isto posto, o Grupo de Trabalho opinou que as seguintes medidas deverão ser tomadas no sentido de equacionar e resolver os problemas, ora existentes:

- a. Organizar, de uma vez por todas, a produção nacional de hortaliças visando um abastecimento uniforme no decorrer do ano. Para isto, acredita-se que o Crédito Rural se constituirá um instrumento valioso;
- b. Uniformização das embalagens. Estudos e abertura de linhas de crédito nesse sentido devem ser realizados;
- c. Estudos e pesquisas para novas alternativas de embalagens. No processo atual só o produtor é que arca com o ônus de embalagem;
- d. Intensificação dos trabalhos para a melhoria do nível do produtor no que diz respeito a *qualidade do produto e padronização*;
- e. Obrigatoriedade para classificação do produto;
- f. Estudos visando a padronização do jiló;
- g. Fomentar a criação de Organizações de Produtores voltadas para a comercialização bem como viabilizar linhas de crédito destinadas às Cooperativas no sentido de se abastecer o mercado interno e externo;
- h. Realizar estudos para a proposição de medidas de modernização do mercado varejista utilizando, inclusive as experiências do SINAC nesse segmento da comercialização;
- i. Instalação de uma câmara de fumigação em território brasileiro para viabilização de exportação dos produtos "in-natura";
- j. Agilização dos processos burocráticos e técnicos para exportação de produtos perecíveis (certificados de sanidade, etc.);
- l. Subsídios no frete de retorno dos CONTAINERS, a exemplo do que já faz outros países, no sentido de baratear-se os custos de transporte dos hortigranjeiros exportados com vistas a torná-los competitivos no mercado externo;
- m. Abertura de linhas especiais de crédito para embalagens de produtos hortícolas destinados ao mercado externo;
- n. Linhas específicas de crédito à produção de hortigranjeiros destinados à exportação; e, finalmente
- o. Construção de armazéns frigoríficos nos portos e aeroportos para viabilização das exportações hortícolas do país.

16 de Outubro, Dia Mundial da Alimentação

“Alimentação em primeiro lugar”, é o tema para 1982

Superar a fome e a desnutrição requer um esforço continuado e a longo prazo por parte dos Governos e dos povos em todas as nações. Para mobilizar um apoio renovado a este esforço, os 147 países-membros da FAO representados na Conferência de 1979 decidiram criar o Dia Mundial da Alimentação, a ser comemorado anualmente no dia 16 de outubro.

O DMA, celebrado pela primeira vez no ano passado, foi concebido como um meio de chamar a atenção pública para a natureza e as dimensões dos problemas alimentares mundiais, e desenvolver um sentimento de solidariedade internacional na luta contra a fome, a desnutrição e a pobreza.

Gente é o objetivo fundamental do Dia Mundial da Alimentação; gente que produz alimentos, e gente que os vende e que os compra. Refere-se, sobretudo, àquelas pessoas que não têm condições de cultivar ou de comprar suficiente alimento para garantir o bem estar de suas famílias. O Dia Mundial da Alimentação proporciona a todos — assim como às instituições — a oportunidade de considerar estes tópicos, avaliá-los e agir em consequência.

Os problemas alimentares mundiais — e mesmo nacionais — são complexos, e frequentemente são apresentados de uma forma além da compreensão do homem comum. Da mesma maneira, os esforços governamentais e a ação de entidades como a FAO para lograr a seguridade alimentar nacional e mundial são por vezes tão técnicos que têm pouca ou nenhuma significação no dia-a-dia das pessoas.

É fácil provocar reações emocionais apresentando imagens de crianças subnutridas. Mais difícil, porém, é descrever a enormidade e a complexidade dos problemas alimentares mundiais e as suas soluções, de maneira compreensível. Um dos objetivos do Dia Mundial da Alimentação é justamente aumentar a compreensão, apresentando os problemas de forma que sejam significativos na vida cotidiana. É uma ação de comunicação que se apresenta à FAO, aos seus países-membros e às

demais entidades do setor, como um verdadeiro desafio.

O DMA-81 deu o primeiro passo neste esforço, apelando para que se celebre “todos os anos o Dia Mundial da Alimentação em todo o mundo, até que todos os dias de todos os anos sejam dias de alimentação para todos em todo o mundo”. No ano passado — e este ano deverá ocorrer o mesmo, e em escala ainda maior — o 16 de outubro foi uma data — meta para intensificar programas nacionais de produção agropecuária, de educação nutricional e alimentar, e outros; as consequências do aumento dos preços dos alimentos foram discutidas; escolas organizaram competições de redação e de trabalhos gráficos; Universidades organizaram seminários; associações de agricultores e de trabalhadores rurais discutiram suas necessidades e suas oportunidades; instituições de desenvolvimento agrícola convidaram pessoas para visitá-las, e com elas discutir seus objetivos e problemas; entidades não governamentais levantaram fundos para projetos agrícolas; figuras de primeiro escalão da política e da administração falaram da importância prioritária da agricultura para o desenvolvimento nacio-

nal; publicaram-se livros e suplementos especiais de jornais e de revistas, emitiram-se selos de correio, cunharam-se moedas, produziram-se programas de rádio, cinema e televisão, realizaram-se exposições, lançaram-se campanhas.

Quando os primeiros planejamentos para celebrar o DMA foram feitos em 1980, ficou claro que as possibilidades de ação eram ilimitadas. E o que quer que tenha ocorrido por ocasião do primeiro DMA ou que venha a ocorrer este ano — tendo o dia 16 de outubro como centro de gravidade — seja a nível de capital, de cidade de porte médio ou de vilarejo, dependeu e dependerá sempre da motivação, da criatividade e da iniciativa das instituições governamentais, das entidades privadas e dos indivíduos, onde quer que eles estejam.

O Diretor-Geral da FAO, Edouard Saouma, lembrou recentemente que a Organização busca, desde a sua fundação, em 1945, enfatizar a posição central e prioritária da alimentação e da agricultura no processo de desenvolvimento nacional e internacional. E acrescentou:

“Devemos lograr a seguridade alimentar mundial através de entendimento intergovernamental. Devemos assegurar aos produtores de alimentos o direito de receber uma remuneração adequada para os seus pesados investimentos em trabalho e em capital. E devemos, acima de tudo, esforçar-nos para garantir a todas as pessoas o direito humano básico a um suprimento adequado de comida, de boa qualidade nutricional e a um preço que seja justo tanto para elas quanto para aqueles que trabalham o solo”.

Concluiu Saouma dizendo que o DMA “é o dia no qual, todos os anos, podemos empenhar-nos em colocar as prioridades na ordem certa: Alimentação em primeiro lugar”.

Alimentação em primeiro lugar, de fato, mais do que um slogan promocional, é a síntese da mensagem do Dia Mundial da Alimentação de 1982.

Confinamento de bovinos: maior oferta de carne

José Santana 1
Luiz J. M. Aroeira 2
Joil A. E. Agostini 2
Godhard H. Bodens 2

O animal confinado necessita menos tempo de engorda, tornando-se apto mais rapidamente para o abate.

O confinamento de bovinos pode ser usado por todo o ano e com vantagens adicionais no período de estiagens, ocasião em que a falta de chuvas provoca considerável redução das pastagens e, por consequência, a diminuição da oferta de bois para o abate na entressafra.

A adoção da produção intensiva de carne bovina em larga escala pode produzir ganhos para os criadores e vantagens para os consumidores, especialmente para os que se situam nos grandes centros e que poderão dispor de carne fresca por todo o ano. Outra vantagem adicional está em assegurar o funcionamento de abatedouros nos períodos de entressafra, proporcionando a continuidade do trabalho e de receita para todos.

As instalações devem situar-se o mais próximo possível da fonte de alimentos, o que não dispensa cuidados especiais com a topografia do terreno, fator de grande

importância para a sanidade do rebanho.

Tendo em vista que o confinamento não necessita de grandes espaços, ele se torna viável em estabelecimentos situados próximos aos grandes centros, onde o fator área é de valor considerável pelo custo da terra.

O boi confinado é alimentado basicamente por resíduos agrícolas — pontas e bagaço de cana, palha de arroz, capim etc. — geralmente desperdiçados — e por suplementação; esta em dosagens adequadas e os resíduos de modo abundante. Esse regime alimentar possibilita que o animal alcance em 4 meses de 400 a 450 kg de peso em pê, entre dois e meio e três anos, enquanto outro animal com as mesmas características só atinge essa faixa de peso entre cinco e seis anos.

Possibilitando que os animais se tornem aptos para o abate mais

rapidamente, o confinamento pode atuar como agente neutralizador da escassez de carne fresca nos períodos de entressafra e contribuir, desse modo, até para a preservação de matrizes, já que os criadores, algumas vezes, se vêm forçados a abatê-las por necessidades econômicas.

Os custos das instalações (piquetes e acessórios) são compensados pelo rápido retorno de capital que o confinamento proporciona, tendo em vista inúmeras vantagens para o criador, tais como: maior disponibilidade de pastagens para animais de cria, utilização de resíduos agrícolas desperdiçados ou semi-utilizados, maior produção por área, menor tempo de engorda, aumento do desfrute do rebanho, produção de animais com melhor acabamento, aproveitamento de bezerras provenientes de rebanhos leiteiros, melhor vigilância sobre o rebanho e, ainda, giro de capital mais rápido.

Introdução

O mérito da prática de confinar bovinos reside no fato de resultar do processo uma produção mais intensiva de carne bovina por unidade de área. Tal prática, procura racionalizar o uso da propriedade, evidenciando sua economicidade, à medida que os estabelecimentos situados próximos aos grandes centros passem a adotar o regime intensivo, considerando o valor da terra ocupada.

O animal confinado tende a fazer economia energética em decorrência de ter os movimentos reduzidos, o que proporciona uma engorda mais rápida, já que a energia perdida em caminhar longas distâncias é poupada e acrescida à carcaça sob a forma de músculos e gordura.

Quando se pensa em produção intensiva de carne bovina, tem-se de levar em consideração alguns pontos de capital importância para o criador tais como: giro de capital mais rápido, maior disponibilidade de pastagens para animais de cria, maior produção de carne por área, aumento do desfrute do rebanho, produção de animais com melhor acabamento, utilização de resíduos agrícolas desperdiçados ou não devidamente utilizados, aproveitamento de bezerros provenientes de rebanhos leiteiros e melhor vigilância sanitária sobre o rebanho.

Além dos pontos mencionados, deve-se considerar que confinamento ou produção intensiva de carne bovina requer a utilização de práticas tecnológicas que na realidade não onerem o processo, e sim, sejam tomadas como uma decorrência natural dos fatores essenciais à otimização do processo produtivo.

Outro enfoque a salientar, refere-se à tendência normal dos animais perderem peso durante a época de seca, o que retarda sobremaneira o abate. No regime de criação extensiva, os bovinos atingem 400 a 450 kg de peso vivo entre cinco e seis anos de idade, enquanto em confinamento, pode-se conseguir o mesmo peso com animais de dois anos e meio a três anos.

Presentemente, há uma crescente preocupação com a natureza dos alimentos utilizados em alimentação em animal, mais particularmente com a alimentação de ruminantes (bovinos, ovinos e caprinos) sob regime de produção intensiva de carne. Se por um lado há necessidade de produção de alimentos para uso humano, por outro, há que se considerar o fato de que alimentos como cereais, legumes e sementes não

devam ser consumidos por ruminantes, ou utilizados somente em último caso.

Os ruminantes têm a capacidade de transformar materiais grosseiros, como palhadas e capins, em produtos nobres como a carne. Não seria portanto viável, economicamente, a produção intensiva de carne bovina com a utilização de produtos que são consumidos diretamente pelo homem.

Pontos a considerar na produção intensiva de carne bovina

● **Localização:** o piquete deve localizar-se o mais próximo possível da fonte de alimentos (ponta da cana, palha de arroz, etc.), levando-se em consideração a topografia do terreno, que deve ser ligeiramente inclinado, facilitando o perfeito escoamento de águas e detritos. Uma preocupação constante é a não localização do piquete com inclinação para rios e córregos, a fim de se evitar a poluição dos mesmos. Sendo piso de chão, tal recomendação se torna mais importante, visto ser difícil a captação de detritos. Os terrenos arenosos filtram o excesso de água com facilidade, impedindo que a lama se acumule no local; pisos de refício se prestam muito bem, pois além de facilitarem o escoamento da água, evitam o excesso de lama.

● **Instalações:** incluem cercas externas, divisões, cobertura de cochos, área das divisões, bebedouros e cochos para volumosos, mistura melaço-uréia, sal mineralizado e farinha de ossos. A balança e tronco são acessórios.

Área das divisões. A área varia com o tipo de construção, localização e tamanho dos animais a serem trabalhados. Em pisos com revestimento (pedra, cimento, etc.) e bom escoamento de águas, pode ser utilizada uma área de 6 a 7 m² por animal. Em terrenos com drenagem deficiente, tal área pode chegar a 10 m² por animal, mesmo com o piso calçado. Já nos locais onde não há revestimento do piso, porém em terrenos que facilitem o escoamento, há necessidade de 15 m² por animal. Não é aconselhável a construção de piquetes de confinamento em locais onde se torne freqüente a formação de lama, devido à excessiva retenção de umidade pelo solo.

Cochos. Dividem-se em cochos para volumosos, para sal mineralizado, para farinha de ossos ou suplementos e para a mistura melaço-uréia.

Os cochos para volumosos podem ser

de madeira ou cimento e devem ter comprimento suficiente para que cada animal tenha um espaço linear mínimo de 0,70 m. Se o acesso dos animais for apenas por um lado, o cocho deve ter 0,70 m a 0,80 m de boca; 0,50 m a 0,60 m de fundo e profundidade de 0,40 m, ficando a 0,50 m do solo. Se os animais tiverem acesso ao cocho de volumosos por ambos os lados, a largura (da boca) deve ser aumentada para 1,20 m.

Para sal mineralizado e farinha de ossos, o cocho deve ter as dimensões de 1,20 m x 0,40 m x 0,40 m, sendo suficiente para 50 animais, já que os mesmos não ficam à volta dos cochos freqüentemente. Pode ser construído de madeira e cimento.

Para a mistura melaço-uréia, os cochos serão construídos em proporção ao número de animais. Pode-se ter 3 m lineares com 50 cm de largura e 40 cm de altura para cada grupo de 50 animais. Com um consumo diário de cerca de 2,5 kg a 3,0 kg da mistura melaço-uréia por animal, um cocho com tais dimensões pode alimentar o lote por um período de 6 dias. É necessário colocar uma grande flutuante sobre o melaço, que servirá como lambedouro. Esta deve ser constituída de régua de 5 cm de largura por 1 cm de espessura, colocadas à distância de 1 cm. A grade deve ser mantida livre dentro do cocho, evitando-se espaços junto às paredes laterais e terminais, para que os animais não venham a beber o melaço.

Todos os cochos devem ser cobertos e o tipo de cobertura varia de acordo com a capacidade de investimento do criador. A cobertura pode ser de sapê, plástico grosso ou telhas de cimento amianto ou francesa, de modo a evitar que a água das chuvas penetre e deteriore materiais como a mistura melaço-uréia e o sal mineralizado, principalmente.

O bebedouro deve ter as dimensões de 2,00 m x 1,00 m x 0,50 m e ficar a 0,60 m do chão. Pode ser redondo (manilha grande cortada) ou ainda improvisado, usando-se uma caixa de cimento amianto com capacidade para 1.000 litros, provida de bôia. Em qualquer das circunstâncias, a água deve ser limpa, a fim de não limitar o seu consumo pelos animais. Os bebedouros devem ser lavados uma vez por semana. O consumo de água pelos animais confinados varia com o tamanho dos mesmos, com o tipo de alimento da dieta e com a estação do ano. Tanques bebedouros providos de bôia garantem um suprimento constante de água fresca, sem que haja a necessidade de reabastecê-los.

Pecuária de corte

Acessórios das instalações. A balança é importante no controle do peso dos animais, não sendo, porém, equipamento imprescindível à prática de engorda intensiva. Quando a mesma está à disposição do criador, as possibilidades de controlar periodicamente o desempenho dos animais são bem efetivas, e através desse controle, modificações na dieta ou no manejo podem ser melhor introduzidas e avaliadas.

O tronco é necessário para o tratamento de animais, porém, se não for possível fazer parte do corpo das instalações, pode ficar em outro local da propriedade. Deve sempre ser evitado aos animais o "stress" provocado por deslocamentos desnecessários.

Cercas externas e internas. Podem ser de arame farpado, arame liso, réguas de madeira, vergalhão ou elétricas. Variam em função do maior ou menor grau de tecnologia que se deseja imprimir às atividades de confinamento. O arame farpado pode ser utilizado, porém levando-se em consideração o perigo de cortes e ferimentos nos animais.

Animais em confinamento tendem a se tornar dóceis em curto espaço de tempo, não forçando as cercas desde que não lhes falte alimento e água. As cercas com arame liso são viáveis e bastante econômicas, atentando-se para o detalhe de que o arame deve ser mantido bastante esticado. Os demais tipos de cerca são mais dispendiosos, porém trazem vantagens relativas à longevidade e baixo custo de manutenção. A altura das cercas não necessita ultrapassar 1,5 m, pois, como já se comentou, os animais tendem à maior docilidade quando confinados e em contato mais freqüente com o tratador.

• **Tipo de animal.** a produção intensiva de carne bovina tem-se caracterizado por confinar animais em fase que corresponde ao acabamento propriamente dito, ou seja: tendo o animal atingido uma idade em que o seu esqueleto ósseo já se aproxima do desenvolvimento pleno, torna-se fácil depositar músculo e gordura sobre a caixa óssea, em espaço de tempo relativamente curto. Animais que apresentam bom desenvolvimento ósseo, vivacidade, pelo liso, aparentemente em bom estado, com idade em torno de dois anos a dois anos e meio, com cerca de 300 kg de peso vivo, são os mais indicados. Quanto ao tipo racial, tem-se trabalhado quer com mestiços H x Z provenientes de rebanhos leiteiros, quer com gado baiano (mestiços Indubrasil), não tendo sido observadas diferenças significativas entre as respostas desses tipos

Os currais ou divisões devem abrigar animais de uma mesma categoria (idade ou peso corporal), para evitar-se possíveis acidentes.

animais do Norte Fluminense. Tanto os mestiços H x Z como os Indubrasil devem ser provenientes de rebanhos com boas fases de cria e recria, visto que esses animais, quando confinados, precisam estar com a flora ruminal bem desenvolvida, o que acelera o aproveitamento das dietas, melhorando consequentemente a conversão alimentar.

• **Manejo:** é um dos pontos que requerem maior atenção. No manejo que venha a ser adotado repousa o sucesso da operação. O manejo depende do tipo de instalações utilizadas e do tipo animal que o criador venha a confinar.

Um dos primeiros sinais de alerta no confinamento prende-se a qualquer queda no consumo de alimentos. Deseja-se incrementar o consumo de alimentos pelos animais, e para tal, os mesmos são estimulados a irem ao cocho com a simples prática de colocar ração fresca em pequenas quantidades, três ou quatro vezes por dia. A ração em quantidades excessivas e não sendo seca, tende a fermentar, ocasionando perdas para os animais, que passam a não ganhar peso como deviam, significando para o criador desperdício de tempo, dinheiro e material. A ração deve ficar dentro da capacidade de consumo dos animais. Quanto mais novo o animal, mais importantes se tornam esses cuidados, razão porque os currais ou divisões devem abrigar animais de uma mesma categoria (idade ou peso corporal), evitando-se acidentes ou animais refugos ao final do processo de engorda.

No caso do criador não contar com animais que seriam os mais indicados para confinamento, quer em função de peso, idade ou estado de saúde, faz-se necessário o que se preconizou chamar de *condicionamento*. O condicionamento consiste em melhorar o estado de saúde do animal, o estado de sua flora microbiana, ou o consequente peso corporal, através de tratamentos especiais, a fim de reduzir o período de adaptação e criar condições fisiológicas para uma efetiva resposta em termos de ganho em peso, quando o animal for submetido às condições de confinamento.

Recomenda-se que cochos e bebedouros sejam limpos periodicamente, evitando-se com isso o acúmulo e deterioração de resíduos que possam causar distúrbios gastro-intestinais.

Sempre que possível, os piquetes devem oferecer sombreamento, que não deve ser inferior a 1/3 da área total fornecida aos animais.

Os excrementos devem ser removidos sempre que, em decorrência de um excesso, haja a possibilidade de acentuada retenção de umidade.

• **Alimentação:** falou-se na introdução deste trabalho, que confinamento ou produção intensiva de carne bovina, é uma prática cuja economia energética deve sempre ser computada em termos de deposição mais rápida de carne e gordura sobre a carcaça óssea. Sendo os movimentos do animal reduzidos, espera-se que os alimentos a

ele oferecidos tenham suficiente energia para que a engorda se torne eficiente. A taxa de ganho em peso é influenciada pela alimentação, pelo tipo animal, pelo estado de saúde em que o mesmo se encontra, pelo manejo e, menos intensamente, pelas instalações.

No Norte Fluminense, em face da riqueza em resíduos agrícolas e subprodutos de indústria açucareira, o Projeto Bovinos da Estação Experimental de Campos, tem voltada a sua atenção para o uso de fontes de nitrogênio proteico (uréia), o melaço, a ponta de cana verde ou queimada, o bagaço de cana, a palha de arroz e a torta de filtros de usina. Podem ser utilizados também o capim Napier, Guatemala ou outros capins que possam ser fornecidos picados no cocho como fonte de volumoso.

Ponta de cana. É um resíduo agrícola dos mais abundantes na região agroaçucaqueira do Norte Fluminense. Seu volume total chega a dois milhões de toneladas anuais, o que dá uma idéia do potencial de utilização desse resíduo na alimentação do bovino. A prática da queima de canaviais não parece afetar o valor nutricional desse produto, visto que são animadores os resultados de pesquisa até agora alcançados com a ponta queimada. Um dos pontos mais importantes é a sua maior capacidade de armazenamento (cinco a seis dias), quando comparada com a ponta de cana fresca que fermenta mais facilmente.

Cana é o mais abundante volumoso à disposição dos criadores para a produção intensiva de carne bovina na Região Norte Fluminense.

Nos trabalhos até agora realizados no Norte Fluminense, visando estabelecer sistemas de alimentação para a produção intensiva de carne bovina, a ingestão média diária de ponta de cana por animal tem-se situado em torno do 30 kg. Para melhor aproveitamento pelos animais, recomenda-se que a ponta de cana seja picada em pedaços de 2 a 3 cm. De acordo com o Latin American Tables of Feed Composition (1974), a ponta de cana fresca picada, com número de referência internacional 2-13-563, apresenta valor de 78,2% para Nutrientes Digestíveis Totais (NDT) da M.S. (matéria seca), o que é um valor bastante alto para um resíduo agrícola.

Mistura melaço-uréia. A uréia técnica é uma fonte de nitrogênio não proteico (NNP), com 46,5% de Nitrogênio, o que oferece um equivalente proteico de 290%.

É utilizada pelos ruminantes na síntese de proteína microbiana. Pelo fato de não conter energia, deve ser fornecida com amido (fubá), melaço ou outros açúcares, para fornecer aos microorganismos do rúmem carboidratos prontamente solúveis, necessários à síntese de proteína microbiana. A uréia no rúmem é rapidamente transformada em amônia pela ação da enzima urease.

As misturas usuais de melaço x uréia, contêm 90% de melaço e 10% de uréia, o que fornece 31,7% equivalente de proteína bruta e 50,4% de N.D.T., equiparando-se ao farelo de algodão com 30% de proteína e 50 a 55% de N.D.T. Na utilização da uréia, independente da combinação feita, existem alguns fatores que devem ser levados em consideração, visando ao melhor aproveitamento pelo animal:

a. flora microbiana ativa no rúmem;

b. indução a uma lenta liberação de amônia, evitando-se "piques" de formação do produto;

c. baixo nível de proteína verdadeira e alto nível de carboidratos fermentescíveis na dieta;

d. alimentação freqüente, sem deixar nunca faltar o volumoso;

e. níveis adequados a todos os minerais;

f. adaptação de 14 a 28 dias, aumentando-se semanalmente os níveis de uréia na mistura, isto é: 2,5%, 5,0%, 7,5% e finalmente 10%.

O melaço, por seu turno, tem-se mostrado um dos mais eficientes veículos para a uréia. Sendo doce, neutraliza o gosto amargo da uréia, melhorando a sua ingestão; possui carboidratos (açúcares) prontamente fermentescíveis que contribuem com a amônia da uréia na formação de proteína microbiana; a uréia é dispersível no melaço de maneira uniforme; ambos os produtos se completam, formando um complexo porteico-energético de alto valor nutricional.

Bagaço de cana. Em face do seu alto teor em fibra e considerado o fato de ser lignificado (10% a 15% de lignina), seu valor

As cercas de arame farpado são baratas e podem ser utilizadas, pois os animais, acostumando-se ao confinamento e desde que não falte comida e água, tornam-se dóceis e não tentam ultrapassá-las.

Pecuária de corte

nutricional é baixo. É pobre em energia, porém combinado com o melaço x uréia e outros ingredientes que forneçam à dieta alguma energia, pode ser utilizado em proporção não superior a 30% do total da dieta. Ganhos médios diários de 0,725 kg já foram obtidos utilizando-se, em dietas para bovinos confinados, 80% de bagaço de cana peneirado e 20% de ponta de cana como volumosos. Os demais ingredientes da dieta foram: mistura melaço-uréia, farelo de trigo, fubá de milho e sal mineralizado. O detalhe existente nesse trabalho é que o bagaço de cana foi peneirado exatamente para remover a parte lignificada do mesmo, numa tentativa de aumentar a sua digestibilidade. Mais trabalhos técnicos precisam ser feitos com o material a fim de melhor situar o seu uso em sistemas de alimentação visando a engorda de bovinos.

Palha de arroz. É um resto de cultura abundante na região. O seu volume total situa-se em torno de 125 mil toneladas anuais. Deve ser picada para melhorar a ingestão e o ataque enzimático no rúmem, resultando em melhor aproveitamento pelos animais. Com a utilização de palha de arroz e mistura melaço-uréia a 10%, há necessidade de inclusão de fubá de milho ou sorgo moído para que a energia da dieta chegue a nível satisfatório e os animais possam apresentar razoáveis ganhos em peso, ou seja, em torno de 0,500 kg/dia. Pesquisas estão sendo desenvolvidas no sentido de tratar a palha de arroz picada com substâncias alcalinas, visando melhorar a digestibilidade da mesma em 30 a 40%. Em trabalhos nos quais se utilizou palha inteira (não picada), com ganho máximo diário de 0,500 kg por animal, o consumo médio diário de palha de arroz situou-se em torno de 10 kg por animal. A utilização de palha de arroz no processo de produção intensiva de carne bovina torna-se mais promissora à medida que métodos de tratamento economicamente viáveis sejam desenvolvidos.

Torta de filtros de usina. É um subproduto açucareiro produzido em grande quantidade pelas usinas da região, tendo características bastante promissoras em nutrição animal. Assim que é retirada do filtro na usina, sua umidade chega a 65%, o que acelera um processo fermentativo com perda de açúcar e proteína. Porém, se logo submetida a um processo de secagem, pode ser guardada por algum tempo. É também conhecida como lodo de usina. Os animais têm preferência pelo material fresco, visto que o cheiro e a presença do

açúcar induzem ao consumo imediato. Quando seca, torna-se necessário que seja misturada à ponta de cana picada ou outro material, para que o consumo seja incrementado. É um material que também reclama pesquisa, pois a presença de gordura (cera de cana) em torno de 8 a 9% e proteína bruta (8%), faz com que seja vista como uma possível fonte de energia na produção intensiva de carne bovina, substituindo, total ou parcialmente, o milho das dietas. Cada tonelada de cana processada nas usinas produz em torno de 40 kg de torta de filtro.

Capim Napier. Independente dos subprodutos agroaçucareiros e resíduos agrícolas mencionados, o capim Napier é uma opção como fonte de volumoso, em substituição à ponta de cana. O manejo da capineira poderá ser dirigido para obtenção da máxima produção de matéria seca (adotando-se maior intervalo entre cortes) ou para obtenção de forragem de elevado valor nutritivo (adotando-se menor intervalo entre cortes). Com cortes realizados a intervalos de quatro, seis e oito semanas, obtiveram-se produções de M.S. da ordem de 9,16; 15,61 e 19,04 t/ha/ano, respectivamente. Os teores de P.B. situaram-se em 11,0%; 8,2% e 6,4%, equivalendo à produção de 904; 1.155 e 1.105 kg de P.B./ha/ano. Mesmo alcançando altas produções de matéria seca, quando convenientemente fertilizado e manejado, o capim Elefante apresenta uma produção estacional com cerca de 80% de seu rendimento obtido no período chuvoso (novembro a abril) e os outros restantes 20% durante o período seco.

No sistema mais comum de utilização de capineira, obtém-se um produto volumoso de baixa qualidade que pode ser convenientemente aproveitado com suplementação proteico-energética.

O capim Guatemala apresenta rendimentos mais baixos do que o capim Elefante, porém permite obtenção de uma forragem de melhor valor nutricional quando em estágio de maturação mais avançada.

Mineralização. O uso de um bom complexo mineral faz parte dos requisitos de uma boa nutrição. Normalmente, os complexos minerais são diluídos ao sal comum na base de 25 a 30%. Em alguns casos, é necessário que a farinha de ossos seja também colocada separadamente à disposição dos animais, mormente quando a mistura melaço-uréia é utilizada no sistema de alimentação. Os animais apresentam uma tendência de compensar a falta de fósforo

na mistura melaço-uréia mediante maior ingestão de farinha de ossos.

Anabolizantes. O Zeranol, uma lactona do ácido resorcílico, tem sido largamente utilizado como coadjuvante na engorda de bovinos de corte, em face de suas propriedades anabolizantes. Vários pesquisadores, têm demonstrado a ação fisiológica do Zeranol, que tem apresentado resposta de igual ou superior magnitude quando comparado com os hormônios sintéticos de propriedades estrogênicas. Nos vários experimentos apontados, o anabolizante Zeranol, conhecido comercialmente por Ralgro, tem demonstrado ganhos em pesos e conversão alimentar superiores em aproximadamente 10% e 5%, respectivamente, quando comparado a lotes testemunhas.

● **Cuidados sanitários:** durante a fase de adaptação dos animais às condições de confinamento, todas as medidas de controle às verminoses, vacinas (se for o caso) e vitaminas injetáveis devem ser aplicadas.

Aftosa. Vacinar os animais contra a febre aftosa de acordo com o que recomenda o Grupo Executivo de Combate à Febre Aftosa (GECOFA) para a região (meses de fevereiro, junho e outubro).

Controle de verminose. Aplicar em todos os animais um dos vermífugos (injetáveis ou por via oral) existentes no mercado, à base de tetramisol ou levamisol. Caso necessário, repetir a aplicação de vermífugo 30 dias após a primeira aplicação.

Vitaminas ADE. Injetar em cada animal uma dose de 3 cm³ do complexo vitamínico ADE e, se o volumoso se encontrar muito seco, aplicar a segunda dose 60 dias depois.

Vacina contra Carbúnculo Sintomático. Desnecessária nos animais mais velhos, deve ser aplicada nos mais novos antes de começar o confinamento.

Uma vigilância sanitária deve ser sempre exercida sobre os animais a fim de se detectar qualquer anormalidade no comportamento dos mesmos, tais como: queda no consumo de ração, fezes moles, parada de ruminação, tremores musculares, timpanismo, etc. Apresentando qualquer destes sintomas, o animal deve ser retirado do piquete e, em local separado, devidamente medicado. Após a recuperação, se for o caso, poderá novamente ser colocado no piquete.

1 Pesquisador PhD da Pesagro-Rio — Estação Experimental de Campos.

2 Pesquisador MSc. da Pesagro-Rio — Estação Experimental de Campos.

Faça uma boa colheita.

Torne-se sócio da Sociedade Nacional de Agricultura

A Sociedade Nacional de Agricultura, dentro da política de dinamização que vem sendo implementada na entidade, está ampliando seu quadro de associados.

É hora daqueles que lidam em nossa agropecuária unirem-se em torno da mais tradicional entidade do setor, somando esforços para uma maior e mais ampla atuação em prol do meio rural.

Sua participação é muito importante. Envie-nos sua proposta, devidamente preenchida.

Os associados da SNA recebem gratuitamente a revista A Lavoura, gozam de taxas reduzidas nos cursos e seminários promovidos pela entidade e têm livre acesso a inúmeras reuniões, palestras e outras solenidades que se realizam em nossa sede.

Contribuição social

Anuidade de pessoa física: Cr\$ 1.000,00

Anuidade de pessoa jurídica: Cr\$ 5.000,00

**Sociedade Nacional
de Agricultura**

PROPOSTA DE SÓCIO

Av. General Justo, 171 - 2.º andar - Tels. (021) 240-4573 e (021) 240-4149 - CEP. 20.021 - Caixa Postal 1245 - End. Teleg. VIRIBUSUNITIS - Rio de Janeiro - RJ - BRASIL

CATEGORIA

PESSOA FÍSICA

PESSOA JURÍDICA

Nome _____

Endereço _____

Estado _____

Cidade _____ CEP _____

Classificação

Assinale a alternativa que mais se adapte à sua atividade:

Pessoa jurídica

- Associação
- Cooperativa
- Sindicato rural
- Sindicato de trabalhadores
- Agroindústria
- Banco; produtor de equipamento ou insumo para a agricultura
- Comerciante de produtos agrícolas

Pessoa física

- Produtor rural
- Técnico ou profissional do setor agrário
- Outros - Indicar _____

Área de atuação

Assinalar a sua área de atuação, ou de interesse pessoal, mais importante:

- Avicultura
- Pecuária de leite
- Pecuária de corte
- Outros animais (suínos, equinos, caprinos, etc.)
- Café
- Cana-de-açúcar
- Soja e/ou trigo
- Agropecuária em geral - diversificada
- Outro relacionado com o setor agrário

Indicar: _____

- Não relacionado diretamente com o setor agrário

Indicar: _____

MATRÍCULA

ASSINATURA _____

PROPONENTE _____

Mais recursos no crédito rural

A partir de agora, conforme deliberação do Conselho Monetário Nacional, além dos 25% dos depósitos à vista que os bancos comerciais são obrigados a aplicar no crédito agrícola, a juros de 45% ao ano, deverão também destinar 10% do total de suas operações de crédito, a juros de até 12% mais correção monetária, no financiamento à agricultura. Os bancos de investimentos, que até agora estavam desobrigados de atuarem no crédito rural, terão de aplicar 5% de seus empréstimos no setor, também a juros de até 12%, mais correção monetária.

A medida visa oferecer aos produtores um fluxo de recursos suficientes para financiar o custo agrícola, contribuindo para o aumento da produção.

Cebola: nova embalagem permitirá classificação de qualidade

O Ministério da Agricultura autorizou a comercialização da cebola em embalagens transparentes. A medida foi adotada em portaria publicada no Diário Oficial de 6 de abril passado, mas somente agora entra em vigor. Além de transparente, a embalagem será incolor e conterá a classificação do produto: extra, especial ou comercial.

O Ministério da Agricultura considera essa medida positiva para o produtor, pois dependendo da qualidade da cebola que produzir, obterá preços diferenciados.

Alho: embalagem indica a qualidade

A partir de julho passado o alho passou a ser comercializado em todo o país em três qualidades diferentes. A mudança é decorrente de portaria do Ministério da Agricultura, padronizando e simplificando o comércio de alho no mercado interno.

A mudança trará uma série de vantagens ao consumidor, uma vez que haverá embalagens e preços diferentes de acordo com a qualidade do produto. O mais importante, porém, é que as embalagens passam a conter, agora, a especificação que é dada pelo produtor, eliminando definitivamente a venda indiscriminada do alho de má qualidade misturado ao de boa classificação. Assim, o consumidor pode optar pela qualidade do produto, de acordo com sua capacidade de compra, já que cada categoria do produto tem um preço específico.

A política de preços para o setor vai permitir melhor remuneração aos produtores de alho por área plantada. Dessa forma, o Governo espera um incremento nos índices de produtividade e, conseqüentemente, a queda dos preços ao consumidor. Critérios semelhantes serão adotados para o alho importado.

Segundo o plano da safra de Café 82/83, serão aplicados Cr\$ 6,273 bilhões na melhoria da infraestrutura das regiões cafeeiras

CMN aprova plano da safra de café 82/83

O Conselho Monetário Nacional aprovou o plano da safra cafeeira 82/83, cujos principais pontos são os seguintes:

1 - Quanto à produção

a) Custeio de cafezais, compreendendo financiamentos para aquisição de fertilizantes e defensivos e para suporte aos gastos operacionais nos tratamentos das lavouras.

b) Programa de melhoria da infraestrutura das regiões cafeeiras, a nível de propriedades e cooperativas de cafeicultores, estimando-se a aplicação de recursos de Cr\$ 6,273 bilhões, dos quais Cr\$ 1,2 bilhão em 1982.

c) Programa de apoio técnico à cafeicultura, abrangendo medidas de aperfeiçoamento da pesquisa cafeeira, e da assistência técnica aos produtores e suas cooperativas, com estimativas de aplicação de Cr\$ 200 milhões, sendo Cr\$ 100 milhões em 1982.

d) Programa de aumento da produção de café no Nordeste brasileiro, em áreas com micro-clima apropriado, visando ao suprimento parcial do consumo interno, com meta de plantio de 10 milhões de cafeei-

ros. Recursos previstos: Cr\$ 1,244 bilhão, sendo Cr\$ 209 milhões em 1982, Cr\$ 550 milhões em 1983 e Cr\$ 465 milhões em 1984.

2 - Quanto à comercialização e financiamentos

a) Continuação do princípio da revisão dos preços de garantia segundo a correção cambial.

b) Para os cafés do tipo 7 são previstos preços de garantia de 90% (qualidade Rio-Zona) e de 80% (quantidade Canillon) do preço de garantia para o tipo 6.

c) Financiamentos — aos produtores e cooperativas será assegurada a concessão dos seguintes adiantamentos:

café em coco: Cr\$ 4.300,00 por saca de 40,5 quilos; café beneficiado: Cr\$ 12.000,00 por saca de 60,5 quilos; ao comércio será assegurada a concessão de financiamentos na base de Cr\$ 11.250,00 por saca de 60,5 quilos; os níveis de adiantamento serão ajustados aos tipos e qualidade do café objeto do financiamento.

A indústria de solúvel e de torrefação e moagem será assegurada a continuidade das linhas de crédito para compra de matéria-prima, em operação, com base nos critérios vigentes,

Fixados novos preços básicos

O Conselho Monetário Nacional — CMN fixou os novos preços básicos de 17 produtos agrícolas para a safra 82/83, que serão corrigidos pelo INPC do mês que anteceder a colheita. O reajuste é de 91,16 por cento em relação aos preços fixados no ano passado.

A soja terá um reajuste de 90,5 por cento e o preço da saca de 60 quilos passará a Cr\$ 1.800. O algodão sofrerá um aumento — o maior de todos os produtos — de 94,2 por cento em relação ao valor fixado no ano passado, e a arroba ficará em Cr\$ 1.330 contra Cr\$ 1.050 atualmente em vigor. O feijão será reajustado em 90 por cento acima do ano anterior, ficando em Cr\$ 5.985 a saca de 60 quilos.

O arroz terá um reajuste de 90 por cento em relação ao preço fixado no ano passado e será comprado do produtor a Cr\$ 1.900 a saca, enquanto no mercado ele está custando entre Cr\$ 1.500 e Cr\$ 1.600. O milho sofrerá um aumento de 89,4 por cento e seu preço ficará em Cr\$ 1.392 a saca.

O quadro mostra a variação de preços sofrida pelos produtos agrícolas.

O algodão foi o produto que obteve maior aumento na fixação dos novos preços básicos: 94,2%

Produto	Unidade	Preço-base	Início de operação	Fator de Correção
Algodão em caroço	15kg	1.300	01/02	INPC Jul/82 a Jan/83
Amendoim em casca	25 kg	1.222	01/12	INPC Jul/82 a Nov/82
Arroz em casca	50 kg	1.900	01/02(1)	INPC Jul/82 a Jan/83
Castanha de caju	1 kg	80	01/09	(*)
Casulo verde	1 kg	433	01/10	INPC Jul/82 a Set/82
Cera de carnaúba	15 kg	200	01/08	(**)
Feijão	60 kg	5.985	01/11	INPC Jul/82 a Out/82
Feijão	40 kg	1.130	01/12	INPC Jul/82 a Nov/82
Girassol	1 kg	79	01/02	INPC Jul/82 a Jan/83
Juta/malva	60 kg	2.746	01/04	INPC Jul/82 a Mar/83
Mamona	tonelada	5.804	01/04	INPC Jul/82 a Mar/83
Mandioca	60 kg	1.392	01/02	INPC Jul/82 a Jan/83
Milho	1 kg	88	01/10	INPC Jul/82 a Set/82
Rami	1 kg	50	01/08	(**)
Sisal	60 kg	1.800	01/02	INPC Jul/82 a Jan/83
Soja	60 kg	1.183	01/02	INPC Jul/82 a Jan/83
Sorgo	60 kg	1.320	01/11	INPC Jul/82 a Out/82
Trigo Mourisco				

(*) Este preço representa aquele que entrará em vigor, não sofrendo correção em agosto.

(**) O preço entrará em vigor imediatamente, com correções trimestrais pelo INPC.

(1) Para a produção oriunda dos projetos irrigados no Nordeste e Centro-Oeste, e a produção de sequeiro de Roraima, o início de operação é 01/08, sendo então o preço mínimo igual ao preço base acima.

SMA

Sociedade Nacional
de Agricultura

**Torne-se
sócio**

Pessoa Física
Cr\$ 1.000,00 - por ano
Cr\$ 500,00 - por semestre
Pessoa Jurídica
Cr\$ 5.000,00 - por ano

Av. General Justo, 171 - 2.º andar
Tels.: 240-4148 e 240-4573
CEP 20021 - Rio de Janeiro - RJ

CENEA recebe Cr\$ 100 milhões para 15 projetos de desenvolvimento tecnológico

Cerca de Cr\$ 100 milhões vão ser empregados pelo Centro Nacional de Engenharia Agrícola na execução de Projetos elaborados por seus Técnicos e que tiveram a aprovação e suporte financeiro da Finepe — Financiadora de Estudos e Projetos, órgão da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Os referidos projetos, em número de 15, são de grande importância para a Agricultura e a Indústria, possibilitando o fabrico de novos e mais eficientes implementos e máquinas agrícolas. Todos estão situados dentro das cinco áreas da Engenharia Agrícola — Mecânica Agrícola, Engenharia de Água e Solo, Pré-processamento de produtos agrícolas, Construções Rurais e Ambiente e Energização Rural.

Na área da mecânica agrícola serão desenvolvidas novas máquinas, como por exemplo uma semeadora, bem como um implemento que proporciona cultivo mínimo na produção de gramíneas de porte alto, como o capim Colômbio. Na área da energização, um dos projetos visará novas formas de captação da energia solar a mais baixo custo. O CENEA irá montar ainda instalações capazes de proceder a ensaios de microdestilarias. O objetivo é o de avaliar o desempenho desses equipamentos, que já estão disponíveis no mercado.

O CENEA instalou um campo para ensaios de equipamentos de irrigação, estando apto para experimentar todos os tipos de aspersores existentes no mercado. O campo tem capacidade para ensaiar até 4 equipamentos de uma só vez, inclusive o modelo (foto) de um "canhão" aspersor que lança a água até 80 metros de distância.

Siagro-Rio leva produtos a municípios do interior

A Empresa de Serviços e Insumos Básicos para a Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (Siagro-Rio), no intuito de cumprir sua finalidade básica de atender aos produtores rurais, criou um Posto Volante que permite a aquisição de defensivos agrícolas, remédios veterinários e material rural a preços subsidiados, para usar na agropecuária fluminense.

O Presidente da Empresa, Dr. João Victor Teixeira dos Santos, informou que o Posto Volante é pioneiro na América do Sul e obedecerá a um itinerário que vai cobrir todos os municípios do Estado, buscando as áreas de produção, numa inovação sem precedente no campo da agropecuária. O Posto Volante tem capacidade para 20 toneladas de material agropecuário, e estará nas regiões agrícolas do Estado de acordo com a sazonalidade de cada cultura.

O posto volante da Siagro...

... abriga em seu interior 20 toneladas de produtos agropecuários

Brasil vai exportar Alimentos

A exportação de milho poderá render mais de 50 milhões de dólares

Alguns produtos como o arroz, milho, algodão e sorgo voltarão a ser vendidos no mercado externo, sem prejudicar o abastecimento interno, segundo informação do Ministro da Agricultura Amaury Stabile.

Esses produtos poderão render ao País US\$ 200 milhões, contribuindo para ampliar o superávit que se pretende obter na balança comercial.

O milho, de acordo com Stabile, poderá render mais de US\$ 50 milhões, com exportação de um excedente de 200 mil toneladas. "As vendas do milho são propositadamente conservadoras, explicou o Ministro, pois a intenção é permitir o faturamento de divisas sem qualquer risco de alteração na estabilidade com que se processa o abastecimento interno".

Já o algodão poderá obter uma receita de US\$ 80 milhões este ano, e o arroz, com a exportação de 150 mil toneladas, renderá mais de US\$ 45 milhões. Stabile ressaltou que as exportações de algodão caíram a partir de 1970, sendo retomadas apenas em 1980. No ano passado foram vendidas 30 mil toneladas, e esse ano, o produto se estabiliza na pauta de exportação com 70 mil toneladas.

Embora o volume de exportação de sorgo seja pequeno, não ultrapassando a US\$ 3 milhões, o Ministro disse que produto demonstra "a diversificação da pauta de exportação e a recuperação dos níveis de estabilidade no abastecimento do mercado interno".

Produção de mel cresce no Ceará

A produção de mel de abelha no Ceará deverá crescer consideravelmente nos próximos três anos, de acordo com os Planos de Incentivo à Apicultura, que vem sendo desenvolvidos pela Secretaria de Agricultura daquele Estado. Atualmente a produção, que gira em torno de 12 a 15 toneladas anuais, deverá atingir, até o final do ano, 30 toneladas. Dentro de três anos, essa produção girará em torno de 100 toneladas/ano, provenientes de 20 mil colméias que até lá estarão espalhadas por todo o Estado.

O programa da Secretaria de Agricultura nessa área foi iniciado em 1980 e consiste na realização de cursos de orientação para apicultores, fornecendo técnicas de manejo e manipulação de seus apiários, visando a obtenção de uma maior produção com menor custo operacional. Após o curso, a Secretaria fornece a cada apicultor todo o equipamento necessário ao desenvolvimento de um apiário. As colméias, a centrífuga e o tambor de decantação que, após dois anos, são devolvidos à Secretaria, completamente novos, para repasse a outros beneficiados.

Projeto culturas alimentares renovado no Espírito Santo

Em solenidade realizada no último dia 20 de agosto, em Vitória (ES), foi renovado o convênio Projeto Culturas Alimentares Emater-ES/Souza Cruz. Em seu segundo ano de vigência, a Souza Cruz contribuirá com Cr\$ 46 milhões.

Estiveram presentes o ministro da Agricultura, Amaury Stabile, o governador do Estado, Eurico de Rezende, o presidente da Embrater, Glauco Olinger, o presidente da Emater-ES, Adilson de Souza, o diretor da Souza Cruz, Kenneth Light, e cerca de mil pessoas, entre autoridades e produtores rurais.

O Projeto Culturas Alimentares objetiva possibilitar, aos pequenos produtores e juventude rural, o acesso mais rápido e mais eficiente às tecnologias agrícolas adaptáveis às suas condições, para que possam melhorar seus índices de produtividade e a comercialização de sua produção.

O Projeto é uma atividade pioneira no País, que possibilita o intercâmbio de experiência entre empresa pública e privada na área agrícola. É executado pela Emater-ES, com a colaboração da Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) e da Souza Cruz, que participa, além dos recursos financeiros, com a sua experiência de mais de 60 anos em assistência aos fumicultores do Sul do País, que somam hoje mais de 48 mil.

A difusão de tecnologia é feita através de material educativo especialmente confeccionado para pequenos produtores, como folhetos, folders, cartas circulares e cartazes, e através de eventos como reuniões de técnicos e produtores, dias de campo, encontros de juventude rural e o concurso de produtividade. Todas estas atividades recebem o apoio de uma programação radiofônica que abrange todo o Estado do Espírito Santo.

Os esforços foram concentrados nas principais culturas alimentares — feijão, arroz, milho, batata, alho, mandioca e banana — e nas atividades agrícolas comuns a todas estas culturas, como manejo e conservação do solo, calagem, adubação, uso de defensivos, tração animal, armazenamento e comercialização.

No primeiro ano de atividade, o Projeto confeccionou 26 tipos de material educativo, com uma tiragem total de 303 mil exemplares, e os eventos contaram com a participação de quase 11 mil pequenos produtores.

O Projeto está desenvolvendo uma metodologia de avaliação minuciosa, que permite adequar com perfeição o material educativo ao público a que se destina, ao mesmo tempo em que possibilita ampliar a abrangência dos recursos utilizados. No final do Projeto, esta metodologia será difundida aos demais Estados da Federação.

A solenidade contou com a presença do Ministro da Agricultura, Amaury Stabile

Exportações de fumo crescem 30%

As exportações brasileiras de fumo em folha cresceram 30 por cento em valor de janeiro a junho deste ano, comparadas com as realizadas no mesmo período do ano passado, segundo informação da Associação Brasileira da Indústria do Fumo — Abifumo.

No primeiro semestre de 1981, foram exportados US\$ 229 milhões, enquanto este ano a cifra atingiu US\$ 229 milhões, enquanto este ano a cifra atingiu US\$ 296 milhões. O produto passa, assim, a ocupar a terceira posição entre os produtos primários agrícolas exportados pelo Brasil em 1982, só superado pelo café em grãos e pelo farelo de soja.

O Brasil é o quinto maior produtor mundial de fumo, mas já se firmou como grande exportador, só superado pelos Estados Unidos. Os outros grandes produtores, China, Índia e União Soviética, consomem praticamente toda sua produção.

Fumo: boa produtividade leva o produto a ocupar a terceira posição na pauta de exportações brasileira em 82

Mais Irrigação

O Ministro da Agricultura, Amaury Stabile informou recentemente que irá ser incorporado mais 2 milhões de hectares com irrigação à área atualmente utilizada pela agricultura nacional. O projeto deverá ser desenvolvido pelo Programa Nacional de Várzeas Irrigadas-Provárzeas e Programa de Financiamento para Aquisição de Equipamentos de Irrigação — Profir.

Stabile reafirmou que os dois programas representam a possibilidade de um acréscimo de 14 milhões de toneladas de grãos na produção nacional, o que se

conseguiria "com grande produtividade e em apenas 4% da área atualmente ocupada com lavouras".

Segundo o Ministro, o atendimento de forma rápida e eficiente à demanda por projetos de irrigação será o grande desafio do Governo nos próximos anos. Exigirá a preparação e distribuição de técnicos em condições de corresponder à expectativa dos agricultores, dando ao país um salto qualitativo para "afirmar-se", definitivamente, como um importante produtor de alimentos para o mundo".

Cati desenvolve variedades de trigo resistentes a pragas

A Cordenadoria de Assistência Técnica Integral-CATI, da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, já começou a multiplicar as variedades de trigo IAC-21 e IAC-24, desenvolvidos pelo Instituto Agrônomo de Campinas, que deverão estar à disposição do agricultor dentro de dois anos. Essas duas espécies, resultado de vários anos de pesquisa, são as mais aperfeiçoadas geneticamente, tanto em resistência a pragas como em produtividade, superando as variedades agrícolas atualmente em mais de 20%.

Segundo a Cati, o trigo IAC-21 é tolerante à acidez do solo e portanto bastante indicado para o cerrado, enquanto que IAC-24, com baixo porte — o que evita o acamamento — é recomendado para a irrigação.

A produção de trigo por área, em média, no Brasil é inferior a 1 tonelada/hectare. Os novos cultivares, na mesma área dariam uma produção de 1,7 toneladas. Numa produção de 200 mil toneladas por ano, o País teria um aumento de 40 mil toneladas do produto.

A resistência à doença é outra característica importante dessas duas novas variedades. A ferrugem, por exemplo, é uma doença provocada por fungos que reduz significativamente a produção que ocorre de forma acentuada na maioria das cultivares utilizadas pelo agricultor. Essa praga obriga o produtor à aplicação de fungicidas que encarece ainda mais o custo do trigo.

CNPC quer redução do ICM da carne

O Conselho Nacional de Pecuária de Corte-CNPC foi instalado oficialmente em julho por representantes da pecuária de corte, da indústria de carne e de comércio de todo país. João Carlos Meireles preside a entidade.

Em sua primeira reunião, o CNPC aprovou documento para ser enviado ao governo solicitando a redução do ICM para o gado de corte. Os pecuaristas afirmam que o ICM, cobrado à razão de 16%, vem contribuindo para a sonegação e, conseqüentemente, para o aumento do abate clandestino, com sérias conseqüências para o consumidor, já que não há controle sanitário da produção de carne.

Segundo João Carlos Meireles, "o ICM é hoje, negavelmente, o fator que mais onera o custo da carne bovina e, para o consumidor, seria extremamente importante que o governo voltasse à sistemática antiga que vigorou até 1.º de janeiro do ano passado, no qual a alíquota do ICM era de 5,5% e atualmente está em 15%. Isso onerou o produto, prejudicando tanto o consumi-

dor quanto o produtor. Contribuiu também para uma sonegação exagerada e, num estudo sobre o problema apresentado numa das reuniões do Conselho Nacional de Pecuária de Corte, o Governo arrecadou em ICM a quantia muito abaixo da expectativa. A sonegação do ICM é um fato, com exceção talvez do Rio Grande do Sul, onde a maioria dos abates é feita em cooperativa. Os demais Estados estão com sonegação altíssima e isso vem em prejuízo do consumidor".

A CEPLAC e a pecuária

Segundo o Secretário-Geral Adjunto da CEPLAC, Emo Ruy de Miranda, "enquanto o cacau ocupa apenas 5% das terras do sul da Bahia e contribui em média com 700 milhões de dólares anuais para a nossa balança comercial, a pecuária, a segunda atividade econômica da região, com 2,7 milhões de animais num espaço de 4,3 milhões de hectares, produz 5,4 milhões de arrobas de carne e 156 milhões de litros de leite por ano. Por isso a CEPLAC tem promovido a diversificação na agricultura e uma assistência especial à pecuária". E dá o exemplo, dirigindo a ação de 54 agrônomos e técnicos agrícolas lotados em 24

O cacau ocupa apenas 5% das terras da Bahia

dos 60 escritórios de extensão rural para atendimento a 3.525 imóveis que se dedicam à pecuária.

Em 1981, a CEPLAC atendeu a 7 mil pecuaristas que atuam em 58% da área ocupada com pastos e criam 61% do rebanho do sul do Estado. Emo informa ainda que "além desse trabalho, a pesquisa e extensão da CEPLAC promovem atividades ligadas ao manejo das pastagens, formação de técnicos, suplementação alimentar dos rebanhos e sanidade animal. Somente nas pesquisas relacionadas à cigarrinha das pastagens, dez profissionais de nível superior trabalham na obtenção de tecnologia adequada e barata para controlar a praga", complementa Emo Miranda.

Newton Camargo Araújo Empossado na ABCZ

Newton Camargo Araújo é o novo presidente da ABCZ

O novo presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu é Newton Camargo Araújo empossado no último dia 31 de agosto em cerimônia na sede nacional da entidade, em Uberaba, com a participação de grande número de criadores e centenas de associados.

O ato contou com a presença do governador Francelino Pereira e do secretário da Agricultura do Estado de Minas Gerais, Antonio Álvares Ferreira da Silva. Newton Camargo substituirá a Manoel Carlos Barbosa que permaneceu no cargo por quatro anos, tendo sua administração dado muita ênfase ao dinamismo da estrutura organizacional de ABCZ.

A nova diretoria da ABCZ está assim constituída: *Presidente*, Newton Camargo Araújo; *vices*, Wayne do Carmo Faria, Renato Miranda Caetano Borges e Rivaldo Machado Borges; *diretores*, Cristiano Prata Rezende, Cláudio Sabino Carvalho, Delcídes Barbosa Borges, Fernandino José de Assumpção, João Francisco Naves Junqueira, Josias Ferreira Sobrinho, Mário de Almeida Franco Júnior, Torres Lincoln Prata Cunha, Vicente Araújo Souza Júnior. Esta diretoria administrará a ABCZ durante o biênio 82/84.

Cana: aprovado plano financeiro da safra 82/83

A produção de 9 milhões de toneladas de açúcar e de 5,2 bilhões de litros de álcool na atual safra contará com recursos da ordem de Cr\$ 246,2 bilhões, segundo decisão do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o plano de suporte financeiro da safra 1982/83, com as modificações introduzidas pelo Decreto-Lei 1.952, baixado no final de julho.

Dessa forma, os financiamentos para a estocagem de açúcar e de álcool terão sua base reduzida de 70% para 60% nas Regiões Norte e Nordeste e de 50% para 35% no Centro-Sul. A produção de açúcar e de álcool da atual safra terá um crescimento de 14,78% em relação à safra passada. Esse aumento é consequência da boa safra, das condições favoráveis de clima e do esforço do setor para o cumprimento das metas governamentais, especialmente no que diz respeito à substituição de energia.

O esquema para aplicação dos Cr\$ 246,2 bilhões esta-

belece que Cr\$ 124,9 bilhões serão destinados à estocagem, Cr\$ 49,5 bilhões para a aquisição de açúcar de exportação, Cr\$ 71,8 bilhões para a equalização dos custos e despesas indiretas de exportações. Os recursos necessários ao financiamento dessas atividades — bem acima das previsões do orçamento monetário de 1982 — sairão das seguintes fontes: Cr\$ 136,2 bilhões do próprio orçamento monetário, Cr\$ 110 bilhões de outras fontes (Cr\$ 52,7 bilhões resultarão numa expansão da base monetária, mas a quantia que poderá ser reduzida para apenas Cr\$ 15 bilhões, mediante

remanejamento de verbas na programação do Proálcool-Rural e do Programa de Conservação de Energia). A parcela restante deverá ser obtida em consequência das medidas adotadas no final de julho, que elevaram os preços da gasolina e do álcool carburante.

O plano financeiro prevê um crescimento global de 88,2% sobre os recursos concedidos na safra passada e supera com 85,7% a previsão inicial do orçamento monetário. Esse aumento é decorrência das dificuldades do mercado internacional, onde as cotações do açúcar continuam caindo.

O CMN autorizou o Banco do Brasil a operar imediatamente com os novos limites de financiamento, sem que haja necessidade de se baixarem atos burocráticos para isso, uma vez que a safra já está em pleno andamento. Decidiu, também, isentar da contribuição adicional de 10% as saídas de álcool destinadas às indústrias álcool-químicas.

Fazenda Santa Inês: um exemplo de produtividade

A Fazenda Santa Inês será, no próximo ano, o maior centro de horticultura do estado do Rio de Janeiro, com produção diária de 40 toneladas de legumes.

Em agosto de 1981 Casas Sendas, uma das maiores redes de supermercados do país, resolveu iniciar seus investimentos na área agropecuária do Estado do Rio de Janeiro. Naquela época, Sendas Agropecuária já atuava com duas propriedades em São Paulo com reflorestamento e cinco propriedades em Buritizeiros e Pirapora no norte de Minas Gerais explorando a pecuária de corte.

Através de uma sociedade de parceria agrícola entre a empresa Empec Empreendimentos Agropecuários, cujo maior acionista é Osanã Almeida, vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, e Sendas Agropecuária, foram então iniciados os trabalhos de implantação do maior projeto brasileiro de produção diversificada de hortigranjeiros.

A Fazenda Santa Inês, objeto deste projeto, está localizada em Magé, distrito de Guápirim, às margens da Rodovia Magé-Manilha - Br 493 na altura do Km 17.

Sua topografia é totalmente plana com uma área útil de 600 ha, sendo explorados atualmente na produção de jiló, pimentão, vagem, beringela, couve da Cardanha, abobrinha, pepino, milho verde, aipim, cará, inhame, batata doce, tomate, alho-repolho, couve-flor, beterraba, quiabo, arroz e feijão. As lavouras já produzem, atualmente, 12 toneladas por dia de legumes.

No próximo ano, a meta é produzir 40 t/dia, tomando-se, assim, o maior centro de horticultura do Estado do Rio de Janeiro.

O arroz atingiu uma produtividade tão elevada na primeira safra — 1 mil e 200 sacas de sementes e no ano que vem deverá produzir 30 mil sacas, sendo 2 mil de sementes — que o Ministério da Agricultura credenciou Sendas Agropecuária a comercializar seu produto como semente selecionada para os agricultores do Estado do Rio. Hoje estão à venda, somente para agricultores do Estado, sementes de arroz, variedades IR-841 e IAC-164.

Na beira do asfalto estão plantados 12 ha com feijão preto irrigado por um conjunto de aspersão com 8 canhões aspersores com lançamento de 80 metros de raio cada um.

O grande objetivo das Casas Sendas é oferecer a seus consumidores uma mercadoria de melhor qualidade e a menor preço, evitando assim a intermediação desnecessária que tanto prejudica o sistema de comercialização de hortigranjeiros no Brasil.

Experiência pioneira está sendo desenvolvida, que é a produção de alho e tomate que são dois produtos de difícil adaptação na baixada fluminense. O tomate já está sendo colhido com uma excelente produtividade e o alho começará a ser colhido em setembro deste ano.

E este ano já estão preparados mais 400 ha que serão ocupados no verão com arroz, quiabo, batata doce, jiló, inhame e milho verde, o que transformará o Grupo Sendas no maior produtor de arroz do Estado do Rio.

No inverno, quando se concentra a maior parte da produção de olerícolas, todas as culturas são irrigadas por aspersão, utilizando duas moto-bombas 16 canhões aspersores e seis mil metros de tubos de alumínio, procurando-se sempre obter maior produtividade com a utilização de tecnologia moderna.

Confinamento de bovinos

Completando este projeto encontra-se em franca operação um complexo de confinamento bovino com 400 cabeças, à instaladas, alimentando-se de restos culturais da própria Fazenda e suplementações com uréia, melaço, restos de comercialização das lojas, varredura das lojas e outros produtos inservíveis para a comercialização.

Deste modo, Sendas Agropecuária, fecha o ciclo de aproveitamento total de todas as atividades, pois com este confinamento há a produção diária de 15 toneladas de esterco que são utilizados na agricultura por meio de distribuição líquida e sólida.

Os bois confinados alimentam-se de restos culturais da própria fazenda

Além deste objetivo, Casas Sendas contará com algumas de suas lojas vendendo uma carne bovina de excelente qualidade e de preço menor, pois o novilho é abatido precocemente com uma carne tenra, característica de confinamento.

Serão confinadas 1.200 cabeças por ano em três partidas de 400 cabeças, durante quatro meses, elevando o novilho de 300 quilos para 420 quilos com um ganho de peso diário de 1.000 gramas, resultado este que já está sendo obtido no primeiro lote de 400 cabeças que lá estão instaladas.

Em final de construção encontra-se um biodigestor para produção de energia via iluminação e biofertilizante para ser utilizado em algumas culturas cujas sementeiras exijam uma adubação mais rica sem os riscos do uso do adubo químico.

Sendas Agropecuária, pretende realizar uma piscicultura em larga escala, utilizando os 54 quilômetros de canais de drenagem e irrigação que existem na propriedade.

Suínos: em construção o maior projeto de recria do país

Em janeiro deste ano, entusiasmado com os primeiros resultados obtidos, o Grupo Sendas adquiriu uma outra propriedade também em Magé, hoje denominada Fazenda Maria Rodrigues Sendas, em home-

O tomate já é colhido com excelente produtividade

nagem a mãe de seu patriarca e fundador Comendador Manoel Sendas.

Nesta propriedade de 500 ha está sendo construído o maior projeto de recria de suínos do país, utilizando alimentos alternativos. Os equipamentos já estão em Magé para serem instalados e em outubro deste ano entram em operação com a recria de 5.000 cabeças de suínos com capacidade de saída mensal de 1.000 cabeças, que serão comercializadas diretamente por Casas Sendas em sua rede de 50 lojas de varejo e na de atacado chamado Estoque.

O projeto baseia-se na tecnologia italiana, chamada VOMM, que transforma produtos inaproveitáveis para comercialização em alimento para suínos denominado "pastone".

Assim serão aproveitados todos estes produtos que já não servem para consumo nas lojas Sendas e todos ou outros subprodutos que até então eram jogados fora, evitando assim um grande desperdício e altos custos de transporte.

Com mais esta iniciativa o Grupo Sendas abre um grande incentivo e apoio para o desenvolvimento da suinocultura em nosso Estado pois cria um mercado de demanda de 1.000 leitões por mês para serem recriados com alimentos alternativos.

Fruticultura

Nesta propriedade, Fazenda Sendas, também já estão sendo preparadas áreas para um projeto de fruticultura com plantio este ano de 32.000 pés de banana d'água, 20.000 pés de goiaba, 20.000 pés de mamão papaia e citricultura com limão e tangerina.

É imensurável o grande benefício para o Estado do Rio, e principalmente para a região, destes projetos que estão sendo desenvolvidos por Sendas Agropecuária, pois já estão com um quadro de 220 funcionários requisitados em Magé, evitando assim o êxodo rural que tantos problemas vêm causando nos grandes centros.

Com a atividade de todos estes projetos o Grupo Sendas gerará em três anos campo de trabalho para 600 pessoas na região.

Como entidade técnica demonstrativa é grande também sua importância pois foi feito um convênio com a Pesagro-Rio Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio, vinculado a Secretaria de Agricultura, para execução de vários experimentos e ensaios. Além de propiciar um vasto campo de treinamento e aplicação de altas tecnologias para os estudantes de agronomia e veterinária do Estado.

Vista parcial de 10 ha com feijão de inverno irrigado por aspersão. Variedades Uberabinha, Iguçu e Carioquina.

Irrigação por aspersão do jiló, tendo ao fundo, as culturas do tomate e da vagem.

1982

Agenda

Curso sobre instalações e manejo de cabras leiteiras

Realizar-se-á no período de 4 à 7 de novembro próximo, no Instituto de Zootecnia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ - KM 47 o "V.º Curso sobre Instalações e Manejo de Cabras Leiteiras". Neste curso promovido pela Caprileite / I.Z. - UFRRJ - KM 47 e coordenado pelo Prof. Luiz de Souza Coutinho, serão ensinados aos participantes os seguintes assuntos: modelos de instalações para o criatório racional de cabras leiteiras; técnicas do criatório, lucrativo, compreendendo reprodução, alimentação e manejo; técnicas de inseminação artificial em cabras leiteiras; doenças mais comuns no criatório brasileiro com a profilaxia e tratamento das principais doenças, inclusive pequenas cirurgias e tratamentos a cargo dos criadores, até a mobilização do médico veterinário. Princípios de

organização do criatório, de seleção e formação do plantel, inclusive técnicas de escolha, pelos criadores de reprodutores e matrizes. Relatos de experiências de criadores de diversos pontos do País; trocas de experiências. Raças leiteiras criadas no Brasil.

As inscrições para o curso deverão ser feitas junto à Caprileite - Associação Brasileira dos Criadores de Cabras Leiteiras, à rua Curitiba, 862, Fone: (031) 222-3458, em Belo Horizonte, por carta, telegrama ou telefone, havendo disponibilidade de poucas vagas, para hospedagem no próprio Campus da UFRRJ - KM 47, sendo o curso destinado, principalmente a interessados ou iniciantes no criatório de cabras leiteiras ou àqueles criadores que desejarem melhorar seu criatório atual.

O manejo adequado na criação de cabras leiteiras será ensinado no curso.

Santa Catarina produz mais da metade da maçã colhida no País.

Congresso Brasileiro de Fruticultura em Santa Catarina

Santa Catarina sediará, em julho de 1983, o VII Congresso Brasileiro de Fruticultura, numa promoção conjunta da Sociedade Brasileira de Fruticultura e da Empasc - Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S.A. O evento deverá reunir cerca de 500 cientistas e técnicos de todo o País, que deverão relatar os últimos avanços tecnológicos nesta área.

Segundo informou o presidente da Comissão Organizadora do evento, Engenheiro Agrônomo Afonso Buss, Santa Catarina foi escolhida para sediar este Congresso, devido a

sua pujante fruticultura, especialmente de clima temperado.

Por outro lado, o trabalho de pesquisa conduzido pela EMPASC, tem despertado a atenção de outros produtores de frutas, que lá tem buscado subsídios técnicos. Neste sentido, merece destaque especial, o grande acervo técnico produzido pela Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S.A. com a cultura da maçã. Graças a este trabalho, associado ao da Extensão Rural e de organizações particulares do Estado, hoje se produz, em Santa Catarina mais da metade da maçã colhida no País.

Colóquio internacional sobre agricultura

O 18.º Colóquio Internacional de Agricultura, organizado pelo CENECA (Centro de Exposições e Concursos Agrícolas), terá lugar em Paris dias 2, 3 e 4 de Março de 1983, em "avant-première" do Salão Internacional de Agricultura.

O tema a ser discutido será "O custo de produção na propriedade agrícola e o desenvolvimento da agricultura". Serão tratados sucessivamente os seguintes pontos:

- fatores da alta do custo da produção
- consequências no rendimento dos agricultores
- repercussões no desenvolvimento da agricultura
- políticas que permitem controlar essa alta

Maiores informações sobre o Colóquio, assim como o relatório das conferências, poderão ser encontrados no:

CENECA 19, bd Henri IV
75004 Paris, FRANÇA

FAZENDA CAPELA DE SÃO JUDAS TADEU

Proprietário: Engenheiro Agrônomo JOÃO BUCHAUL

VENDA PERMANENTE DE REPRODUTORES GIR LEITEIRO

Entre as Estações de Rio Dourado e Professor Souza
Casimiro de Abreu — Estado do Rio de Janeiro

Endereço para correspondência:

Av. Quintino Bocaiúva, 365 — Aptº 304 — Praia de São Francisco — Niterói — RJ

BAMBOLE — Campeão em diversas exposições fluminenses e mineiras.

GIR LEITEIRO

O acasalamento de vacas mestiças com touros da raça GIR produz maior número de bezerros, possibilita maior lactação, o bezerro se contenta com menos leite e não há problemas de parto.

Além disso, todo criador experiente sabe que "campeiro não tira leite de vaca brava".

CONSULTE-NOS PARA UM BOM NEGÓCIO

Exposições e feiras

Exposição de Jersey reuniu 240 animais

Realizada de 05 a 13 de junho passado, no Parque da Água Funda, em São Paulo, a Exposição Nacional de Gado Jersey, contou com a participação de 20 expositores com 240 animais de vários estados.

O Grande Campeão da raça foi o animal "Pynes Viking Prince", de propriedade de Antonio Carlos Pinheiro Machado. A melhor fêmea da exposição, premiada Grande Campeã, foi "Itacaí Bengale", do expositor Anardino Costa. Na classe P.C. — Puro por Cruza, o prêmio de Grande Campeã ficou para a fêmea "Itacaí Elza", do proprietário Gilberto del Sole, de Tatuí-SP.

Durante a exposição foi realizado o I Leilão Nacional da Raça, que registrou o recorde nacional para gado leiteiro, de Cr\$ 1.100.000,00 para a fêmea "Itacaí Bengale", Grande Campeã da raça, arrematada por Aldo A. R. Raia, presidente da Associação dos Criadores de Gado Jersey do Brasil.

O leilão vendeu 78 animais, rendendo Cr\$ 13.050.000,00. Os machos P.O. alcançaram a média de Cr\$ 131.000,00 e as fêmeas P.O. até 30 meses, Cr\$ 176.363,63; acima de 30 meses, a média foi de Cr\$ 191.153,84. As fêmeas P.C. até 30 meses conseguiram média geral de Cr\$ 152.500,00 e acima de 30 meses, Cr\$ 161.666,66.

O maior vendedor foi Antonio Carlos Pinheiro Machado, que conseguiu vendas no total de Cr\$ 3.070.000,00 e o maior comprador foi Donato Bruno, cujas aquisições totalizaram Cr\$ 1.810.000,00.

Uberlândia inaugura o CAMARU com exposição agropecuária

Uberlândia inaugura "Camáru" com exposição agropecuária

O Centro de Amostra e Aprendizagem Rural — Camáru, primeiro parque-escola do país, localizado em Uberlândia-MG, foi inaugurado com a realização, de 31 de agosto a 07 de setembro, da VI Bienal Agropecuária e XIX Exposição, simultânea à Feira Nacional da Indústria e às comemorações do 94.º aniversário da cidade. Foram realizados ainda leilões de bovinos, equinos e de bezerros.

O Camáru foi idealizado e projetado pelo Sindicato Rural de Uberlândia e, com sua inauguração, conta com atividades durante 365 dias por ano, formando mão-de-obra rural em

todos os setores: colhendo projetos de experimentação na agricultura, inclusive com sistema inédito de irrigação; estruturando cursos e treinamentos na pecuária; abrigando leilões e confinamentos; abrindo campo para modernas atividades como a ricultura e a piscicultura.

Esta iniciativa pioneira, com infra-estrutura perfeita desde o alojamento até a feira de amostras; o treinamento de pessoal até o teste de equipamentos e produtos, reúne, com muito conforto e funcionalidade, tanto os criadores de bovinos e equinos, bem como os produtores agrícolas, o comércio e a indústria do setor.

Nelore em leilão

A Fazenda Manah do Mundo Novo, de Brotas-SP, promoveu no último dia 16 de julho, a 17.º Licitação de Nelore, que contou com a presença de cerca de 250 pecuaristas da região.

Foram vendidos 457 animais de 9 a 10 meses de idade: 400 bezerros para recría e engorda, ao preço médio de Cr\$ 25.456 cada um, 40 fêmeas para reprodução ao preço médio de Cr\$ 19.407 e 17 tourinhos para reprodução, ao preço médio de Cr\$ 47.411 cada um.

A Manah pretende, através da licitação, oferecer aos pecuaristas o gado Nelore da Linhagem Lemgruber que apresenta excelente ganho de peso e potencial genético.

A definição de imóvel rural

O conceito de *imóvel rural* como está na legislação agrária brasileira, apresenta-o em suas características gerais, por isso, procurar-se-á neste trabalho determinar os limites desse conceito definindo-o, pois sua definição muito contribuirá para tornar mais harmônico o entendimento entre os proprietários de imóveis rurais e os representantes das autoridades públicas (federais e municipais), que lidam mais diretamente com a citada legislação.

A essência da definição de imóvel rural

A Lei n.º 4504, de 30/11/1964, o Estatuto da Terra, diz em seu artigo 4º, inciso I, textualmente:

Art. 4º — Para os efeitos desta Lei, definem-se:

I — “Imóvel Rural”, o *prédio rústico, de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine à exploração extrativa, agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada.* (grifei).

A Lei n.º 5868, de 12/12/1972, reafirma tal conceito, com outras palavras, em dois de seus artigos, o 2.º e o 6.º. O artigo 2.º diz o seguinte:

Art. 2.º — Ficam obrigados a prestar declaração de cadastro, nos prazos e para os fins a que se refere o artigo anterior, todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título de imóveis rurais que sejam ou possam ser destinados à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial, como definido no item I do art. 4º, do Estatuto da Terra. (grifei).

O artigo 6.º da mesma Lei afirma que, não obstante para fins de incidência do Imposto Territorial Rural, a que se refere o artigo 29 da Lei n.º 5172, de 25/10/1966:

(...) considera-se imóvel rural aquele que se destinar à exploração agrícola, pecuária,

extrativa vegetal ou agroindustrial e que, independentemente de sua localização, tiver área superior a 1 (hum) hectare”. (grifei).

Em todas as vezes em que aparece na Lei a definição do que seja *imóvel rural*, vem o termo *imóvel* acompanhado do atributo relativo à sua *destinação* com fins de seu aproveitamento ou exploração. Tal *atributo* pode ser compreendido, entretanto, sob duas características específicas: uma que caracteriza a *destinação intrínseca* e a outra a *destinação extrínseca* do sujeito imóvel.

A destinação extrínseca do imóvel

Por *destinação extrínseca* entende-se o direito que tem o homem de dar à sua terra a utilização que melhor lhe convier e quando quiser. É *extrínseca* porque não é da essência da terra, pois a *destinação* vem de fora, da ação do homem. uso, aproveitamento ou exploração do imóvel, é realizada de acordo com a vontade, conveniência e recursos de seu possuidor. E constitui um direito porque lhe é assegurado por um princípio fixado na nossa Constituição em seu artigo 160, inciso I, e no Estatuto da Terra em seu artigo 103, § 1.º, e art. 524 do Código Civil.

A destinação intrínseca do imóvel

Já a *destinação intrínseca* do imóvel é aquela que lhe é destinada pela natureza constando da essência da terra, que lhe é imanente, são suas condições de fertilidade ou potencialidade devido à sua composição orgânica, que existem independentemente da ação do homem.

A relação entre a destinação e a localização do imóvel rural

Não obstante o imóvel esteja localizado em zona rural, isto é, situado *fora* da zona urbana ou de expansão urbana legalmente constituídas, é possível, entretanto, o seu proprietário dar uma *destinação (extrínseca)*

ao mesmo não condizente com sua *destinação (intrínseca)* agropecuária. Quer dizer, o proprietário pode, segundo a legislação agrária, efetivar desmembramentos de exceção, que é a partilha de imóvel rural localizado fora da zona urbana ou de expansão urbana legais, a fim de ser loteado com ou sem objetivos agropecuários, de acordo com os artigos 13, 94 a 96, do Decreto n.º 59.428, de 27/10/1966 e a Instrução n.º 17-b do INCRA, de 09/12/1980.

O desmembramento é de exceção porque, segundo a legislação, é possível partilhar um imóvel rural localizado em zona considerada rural, em área ou imóveis menores que o módulo, embora sem formar outros imóveis rurais. Trata-se da aplicação prática de um dos atributos da definição de imóvel rural, isto é, da sua *destinação extrínseca*, no caso, mediante um ato do Poder Executivo Federal consubstanciado no citado Decreto n.º 59.428/66, que regulamenta diversos artigos do Estatuto da Terra.

Tais desmembramentos visam formar as subespécies de loteamento destinados a criar na zona rural, conforme artigo 95 do mencionado Decreto: *núcleos urbanos, sítios de recreio e áreas para indústrias*. Embora o imóvel rural a ser partilhado tenha boas condições de solo para seu aproveitamento agropecuário, ou tenha *destinação intrínseca*, Decreto do Executivo federal permite, entretanto, o não aproveitamento de sua *destinação intrínseca* ou de suas potencialidades, para os fins supracitados, desde que, todavia, esteja em local considerado oficialmente, isto é, aprovado por lei do poder legislativo do Município, como *zona de turismo*, ou considerada como *estância hidromineral ou balneária*, de acordo com o artigo 96 do mesmo Decreto de 1966. São após o *nihil obstat* do INCRA as Prefeituras aprovam os projetos.

(*) Procurador do Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — Presidente do IBDA - Instituto Brasileiro de Direito Agrário — Membro do Instituto di Diritto Agrario Internazionale e Comparato, Florença, Itália — Membro da Asociación Española de Derecho Agrario — Professor do Indipo da F.G.V.

É possível, ainda, fazer prevalecer a destinação extrínseca do imóvel rural desde que o mesmo esteja em área que, conforme especifica a Instrução n.º 17-b, "por suas características e situação, seja própria para a localização de serviços comunitários das áreas rurais circunvizinhas". São os casos regulados pelo Decreto n.º 62504, de 08/04/1968 (D.O. de 09/04/1968), quando a área partilhada se destina a: *instalação de estabelecimentos comerciais*, como por exemplo, oficinas, garagens e similares; lojas, hotéis, armazéns e similares; silos, depósitos e similares; *instalações para fins industriais*, como por exemplo, represas, açudes e similares; *instalações para indústrias em geral*; *instalações de obras de serviços comunitários*, como por exemplo, portos, estações ferroviárias, rodoviárias, colégios, asilos, centros sociais, recreativos, hospitais, igrejas, áreas de recreação pública e similares.

Nesses casos específicos, a aplicação pelo possuidor da *destinação extrínseca* do imóvel rural, deverá ser previamente provada, ou, então, comprovada, não bastando a simples alegação do interessado perante o INCRA.

Equivalência Jurídica

Está insito na essência da definição de imóvel rural a equivalência jurídica do proprietário exercer sua atividade agropecuária em imóvel localizado em zonas urbana ou de expansão urbana de uma cidade, quando, no caso, estará dando uma *destinação extrínseca* à sua propriedade independentemente de sua localização fora da zona rural, por equivalência ao direito assegurado para desmembramentos de exceção, já que a Constituição assegura a liberdade de iniciativa e, ainda, que todos são iguais perante a lei.

A localização, a destinação do imóvel rural e a lei do parcelamento do solo urbano (Lei n.º 6.766/79)

Para o bom relacionamento, entre pessoas e instituições, visando a melhoria da qualidade de vida de todos, torna-se pacífica a obrigação de respeito e obediência às leis por aqueles que desejam, a todo custo, urbanizar o meio rural, em detrimento das regras estabelecidas pela legislação.

Dois são os princípios legais que devem ser conhecidos e obedecidos: a *liberdade de iniciativa* (Art. 160, I, da Constituição; art. 103, § 1.º, do Estatuto da Terra e art. 524 do Código Civil) e a *submissão à lei* (Art. 53, da Lei n.º 6766/79 o art. 32, § 1.º, I a V, do Código Tributário Nacional).

A liberdade de iniciativa consiste no direito que é garantido pela nossa Constituição, pelo Estatuto da Terra e Código Civil, devendo ser respeitado, no caso, quando o proprietário que dá uma destinação agropecuária a seu imóvel, vê-se, após a publicação de uma lei municipal, com seu estabelecimento dentro de uma área considerada zona urbana ou de expansão urbana. Nesse caso, é-lhe assegurado o direito de continuar com a exploração de seu imóvel como deseja, e pagando o imposto atinente (Imposto Territorial Rural), independentemente de sua localização em tais zonas.

O Estatuto da Terra quando em seu art. 103 fala que a aplicação dessa Lei deve "objetivar, antes e acima de tudo, a perfeita ordenação do sistema agrário do País", específica que tal propósito deve conciliar "a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano", e que o Poder Executivo, por todos os seus órgãos da administração centralizada e descentralizada deverá prover

para "garantir todas as atividades extrativas, agrícolas, pecuárias e agroindustriais, de modo a não prejudicar, direta ou indiretamente, o harmônico desenvolvimento da *vida rural*" (art. 103, § 1.º, *in fine*). Isto significa que todo aquele que exerce um ato de exploração econômica da terra, direta ou indiretamente, visando prover sua família ou para o mercado, exerce uma atividade dita agrária (ou rural), e que pode ser exercida em qualquer local, independentemente da posição desse local no âmbito do Município. Essa prática visa, como diz a Lei, o desenvolvimento da *vida rural*, e não da *zona rural*. A distinção é nítida. Ao assinalar *vida rural* quis dizer, ou revalorizar, as *relações dos homens entre si*, e não valorizar o *lugar* ou o *local* onde exerce seu trabalho. A *vida rural* é o espaço de tempo caracterizado entre o início e o fim das *relações* entre os homens que exercem atividade rural, independentemente do local (físico) onde ocorrem.

O exercício da atividade agrária implica na evolução e harmonia da *vida rural*, e, ainda, na destinação extrínseca do imóvel, independentemente de sua localização, como dizem o art. 4.º, I, do Estatuto da Terra, art. 6.º da Lei n.º 5868/72.

A *submissão à lei* decorre da vigência do artigo 53, da Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano. Diz o citado art., *verbis*: "Todas as alterações de uso do solo rural para fins urbanos dependerão de prévia audiência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, do órgão metropolitano, se houver, onde se localiza o Município, e da aprovação da Prefeitura Municipal, ou do Distrito Federal quando for o caso, segundo as exigências da legislação pertinente".

Antes do advento deste artigo 53 da Lei, as alterações de uso do solo rural para fins urbanos, no caso da aprovação pelas Municipalidades dos limites das zonas urbana e de expansão urbana, era livre, mas com as restrições do art. 32, § 1.º, incisos I a V, do Código Tributário Nacional.

A lei do parcelamento do solo urbano é uma lei de ordem pública, e, como tal, deve ser interpretada dentro desse princípio. Esta lei fixa normas proibitivas para todo o País, com princípios ou diretrizes fundamentais cuja obediência é indispensável à organização da vida social. Assim, a fixação ou ampliação dos limites das zonas urbana ou de expansão urbana pelas Câmaras Municipais, constitui uma alteração de uso do solo rural

Seja um técnico em AGRICULTURA

Sem se afastar de sua casa e sem prejuízo para suas ocupações normais.

VOCÊ OBTERÁ

Várias oportunidades, lucros compensadores, colheitas muito mais rendosas, dignidade profissional.

VOCÊ PODERÁ

Cuidar, modernizar, recuperar, proteger

SUA FAZENDA, SUA GRANJA, SUA CHÁCARA, SEU SÍTIO

Através de nossos cursos eficientes e bem organizados, cursos por correspondência, orientados e administrados por renomados engenheiros agrônomos e veterinários.

ADMINISTRAÇÃO TÉCNICA AGRÍCOLA BOVINOCULTURA - AVICULTURA

Ou poderá assegurar seu futuro trabalhando para outros, pois essa nova e atrativa atividade lhe abrirá novos horizontes e lhe proporcionará magníficas oportunidades. Não perca mais um dia na vida!
A modalidade é o *cartãozinho do Fracasso*.
Solicite-nos hoje mesmo folhetos explicativos.

INSTITUTO CAMPINEIRO DE ENSINO AGRÍCOLA
Rua Antonio Lapa, 78
Caixa Postal 1148, Campinas, São Paulo
C.P. 13100
Tels. DDD (0192) 51-6398 e 51-6198

para fins urbanos. E, se não houve a audiência prévia referida no art. 53 da Lei, os responsáveis estarão sujeitos às cominações estabelecidas no art. 50 da mesma Lei.

Essa alteração de uso de solo rural para fins urbanos acarreta, naturalmente, inúmeras conseqüências. A primeira delas significa que o que antes era livre e regulado por Decreto (Decreto n.º 59.428/66, art. 96), hoje é restritivo e fixado por Lei (Lei n.º 6.766/79, art. 53). A liberdade do Executivo foi substituída pela restrição estatuída pelo Congresso Nacional, baseada, provavelmente, em justificativas que surgiram durante a ampla discussão, em nível nacional, do anteprojeto que motivaram a aprovação do art. 53 da Lei do parcelamento do solo urbano. A lei não tem palavras inúteis.

Em conseqüência, pelo disposto na Instrução n.º 17-b, do INCRA, de 22/12/1980 (posterior à Lei), vê-se que a partir dessa data a Autarquia Federal reporta-se, em seu item 31, ao art. 96 do Decreto n.º 59.428/66, substanciando-o como roteiro no desfecho à audiência prévia da Lei, quando se trata do desmembramento do solo rural naquelas

áreas consideradas oficialmente como zona de turismo, ou caracterizada como estância hidromineral ou balneária, ou, ainda, em área que comprovadamente tenha perdido suas características produtivas tomando antieconômico seu aproveitamento.

Entretanto, a prática tem demonstrado que a simples aprovação, por uma eventual maioria da Câmara Municipal, de uma lei fixando ou ampliando o perímetro das zonas urbana e de expansão urbana do Município, faculta, ou tem permitido, a transformação sem controle de áreas rurais em urbanas, como a proliferação de projetos de loteamento e desmembramento sem os requisitos dispostos no Código Tributário Nacional, com evasão do imposto territorial rural de imóveis rurais localizados nessas áreas.

Embora não seja pacífico o entendimento acerca do conteúdo dessa audiência prévia (*), supõe-se, entretanto, que essa consulta preliminar fixada em Lei, importa na demonstração de zelo do Congresso Nacional em proteger os espaços do País destinados à produção de alimentos e à preservação da vida vegetoanimal, visando a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

A finalidade dessa audiência prévia, parece-nos que, dentre outras, presumivelmente, estaria, por parte do INCRA, na comprovação da *veracidade* da aplicação do disposto no artigo 2º, parágrafos 1º e 2º, da Lei n.º 6.766/79, que regula o uso do solo urbano, verificando-se se há conformidade entre o que se pretende com o anteprojeto de lei, isto é, qual é a sua justificativa e se essa justificativa está conforme a realidade que está descrita nos citados parágrafos acima, conjugada, principalmente, com a prova insofismável da existência de dois dos melhoramentos, construídos ou mantidos pelo Poder Público, no mínimo, referidos no art. 32, § 1º, incisos I a V, da Lei n.º 5.172/66 - Código Tributário Nacional.

Com tais providências, evitar-se-ia a prática comum no interior do País, de se transformar terras próprias para a agropecuária em objeto de especulação imobiliária em desobediência aos requisitos legais.

(*) Ver Paulo Guilherme de Almeida - revista "Dirigente Rural" - Número de outubro de 1981, seção Direito Agrário.

Nem todos os seus problemas
são de LUBRIFICAÇÃO...
Mas este a PETROBRAS resolve.

LUBRAX
MD-300 e MD-400

Um problema a menos para você.

Qualidade
PETROBRAS

CCPL é leite,

A CCPL está crescendo, multiplicando suas fábricas e arrematando mais e mais fornecedores de leite em Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, numa área de quase 300 mil quilômetros quadrados.

Agora, são 32 mil produtores de leite, cujo trabalho diário, desde a madrugada ao anoitecer — ininterrupto — é mais uma prova de raça e fibra do pecuarista brasileiro, acostumado a enfrentar tempo difícil e condições adversas, sem esmorecer. Este é o homem forte e destemido que, nestes 33 anos da CCPL pôde elevar o cooperativismo à condição de maior relevo do progresso industrial. Homens dedicados a produzir alimento de alta qualidade.

Alimento sadio das melhores bacias leiteiras do país.

Mas a CCPL não pára na recepção do leite e sua industrialização.

Ela amplia suas pesquisas tecnológicas e diversifica seus produtos, todos saborosos e nutritivos; forma técnicos e preocupa-se com os rebanhos bovinos em sua área de ação, além de abrir estradas vicinais neste imenso território de meia centena de cooperativas regionais e catorze postos de recepção direta do leite.

leite é vida!

CCPL — Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda.

Extensão rural

Walmick Mendes Bezerra

"Se as cidades forem destruídas e os campos forem conservados, as cidades ressurgirão. Mas se queimarem os campos e conservarem as cidades, estas não sobreviverão".

Benjamin Franklin

Dia internacional do cooperativismo

Em solenidade realizada no auditório da Sociedade Nacional de Agricultura, a Organização das Cooperativas do Estado do Rio de Janeiro comemorou, dia 6 de julho, o Dia Internacional do Cooperativismo. O evento contou com a participação do Secretário de Agricultura e Abastecimento, Edmundo Campello Costa, do Presidente da SNA, Octavio Mello Alvarenga, do Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo, Américo Utumi, do Presidente da OCERJ, Mário Canellas Barbosa, do Diretor Geral do Departamento de Cooperativismo do Estado do Rio, Alberto Werneck de Figueiredo, de grande número de presidentes de cooperativas de produção, de habitação, eletrificação rural, crédito, trabalho e consumo, além de produtores rurais e de técnicos em ciências agrárias.

Na ocasião, o Presidente da COPER-RIO, Sérgio Andrade de Carvalho, foi agraciado com uma placa de prata, na qualidade de cooperativista emérito.

Laranja: Brasil supera os Estados Unidos

O Brasil superou os Estados Unidos na produção de laranjas. A produção norte-americana foi de 179 milhões de caixas de 40 quilogramas e a brasileira, de 190 milhões, no ano passado.

As exportações de suco concentrado para a Flórida aumentaram de 10 milhões e 300 mil galões (3,785 litros/galão) na safra 1976/77 para 59 milhões e 200 mil em 1980/81.

Realizado o XXII Congresso Brasileiro de Olericultura

Numa promoção da Sociedade de Olericultura do Brasil e realização da Secretaria de Agricultura e da Emater — Espírito Santo, foi realizado em Vitória o XXII Congresso Brasileiro de Olericultura, no período de 19 a 24 de julho.

O evento contou com a participação de pesquisadores, professores, extensionistas, estudantes e de técnicos especialistas ligados à Olericultura brasileira.

A Emater-Rio se fez representar por cinco extensionistas, além do assessor técnico de olericultura, eng.º agr.º Roberto

Pais Marques Pinto, que apresentou o trabalho: "Diagnóstico da Cultura do chuchu no Estado do Rio de Janeiro".

Foram apresentados no Congresso 125 trabalhos sobre: adubação, tratamentos culturais, melhoramentos, doenças e pragas, economia e comercialização. As principais culturas abordadas foram: alho, batata, tomate, cenoura, cebola, inhame, chuchu, batata-doce e alface.

O XXIII Congresso a ser realizado em julho de 1983, terá como sede o Estado do Rio de Janeiro

Óleo vegetal controla o caruncho

A ação do caruncho causa grandes perdas à conservação do feijão.

O caruncho surge a partir da fase de maturação da vagem, mas os prejuízos só se darão durante a armazenagem.

Para se ter uma idéia do problema basta salientar que cada fêmea desse terrível bichinho põe cerca de 200 ovos no período de 3 a 4 dias.

As operações sucedem-se rapidamente e, dependendo da temperatura, essa praga pode dar 8 gerações por ano ou 1.600 ovos.

O controle do caruncho, entretanto, é fácil. Basta que o produtor use 0,25 litros de óleo vegetal (soja, milho, arroz etc.) para cada 50 quilogramas de feijão, misturado de forma que os grãos fiquem completamente envoltos por uma leve camada, logo após a colheita.

Experiências indicam que desta maneira o feijão conserva-se por mais de um ano em condições perfeitas. E sem alterações no seu tempo de cozimento, sabor e poder germinativo.

O óleo vegetal age mecanicamente, dificultando o deslocamento das larvas do caruncho, providas de pêlos compridos e abundantes, ao nascerem. Presas pelo óleo, as larvas não conseguem perfurar o grão, para dentro dele se instalem até seu desenvolvimento, e morrem.

“Preço de Banana” deixa de ser slogan

Banana: Dúzia subiu de Cr\$ 1,06 em 1976, para Cr\$ 17,32 em 1981

Comparando-se os preços recebidos pelos produtores nos últimos cinco anos, verifica-se que, entre os produtos agrícolas fluminenses, a banana foi um dos que mais “correção” teve em seus preços, tornando-se portanto a lavoura de maior poder de compra. Análise efetuada pelo engenheiro agrônomo Antônio Coutinho Moreira, da EMATER-RIO, entre dezembro de 1976 e dezembro de 1981, o preço recebido pelos produtores, pela dúzia de banana, passou de Cr\$ 1,06 para Cr\$ 17,32, subindo 16,33 vezes.

Tal crescimento possibilitou ao produtor de banana efetuar algumas transações, como por exemplo:

1. pagar, em dezembro de 81, mais um homem/dia do que em dezembro de 1976, com a mesma centena de dúzias vendidas;

2. comprar um arado de 2 discos em dezembro de 81 com menos 542 dúzias vendidas do que em dezembro de 1976;

3. com as mesmas mil dúzias vendidas, comprar em dezembro de 81 mais 3,44 kg de uréia, mais 23,93 kg de superfosfato simples e mais 2,12 t de calcário do que em dezembro de 1976.

Enquanto isso as mesmas transações efetuadas com pro-

dutores como o feijão e o “rei” café, teriam os seguintes resultados:

• Feijão:

1. pagar, em dezembro de 1981, menos 8 homens/dia, com os mesmos 60 kg (1 saco) do que em dezembro de 76;

2. comprar um arado de 2 discos em dezembro de 81 com mais 9,33 sacos do que em dezembro de 76;

3. com os mesmos 60 kg (1 saco), comprar menos 85,6 kg de uréia, menos 186,19 kg de superfosfato simples e menos 640 kg de calcário.

• Café:

1. pagar, em dezembro de 1981, menos 20 homens/dia, com os mesmos 40 kg (1 saco) do que em dezembro de 1976;

2. comprar um arado de 2 discos em dezembro de 81 com mais 35 sacos do que em dezembro de 1976;

3. com os mesmos 40 kg (1 saco), comprar menos 173,6 kg de uréia, menos 385,3 kg de superfosfato simples e menos 2,27 t de calcário.

Como se vê, o slogan “preço de banana” para indicar pejorativamente o produto de baixo preço, ou sem valor, precisa ser revisto.

Incentivo à criação de caprinos

Apresentada como uma das opções para o Estado do Rio, a caprinocultura está sendo incentivada por Médicos Veterinários da EMATER - RIO. Nesse sentido o Escritório da Empresa em Niterói realizou dia de Campo em Maricá, no Rancho Apache, de propriedade do Sr. Antônio Carlos Martins.

Com grande comparecimento de produtores e técnicos, o Dia de Campo contou com palestras do presidente da Caprileite, engenheiro J. Vianna de Assis; do Sr. Antônio Martins, sobre “Minha experiência na criação de caprinos”; dos Médicos Veterinários José Edmundo dos Santos, José Geraldo Vinha e Luiz Carlos Januário da Cruz, sobre “Alimentação de Caprinos”; respectivamente; e do engenheiro Químico Ewaldo Machado Brandão, sobre “Industrialização e comercialização de caprinos”.

Jovens rurais em convenção

A Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMBRATER reuniu em Brasília, no mês de julho, cerca de 500 jovens de diversos municípios brasileiros, na I Convenção Nacional de Jovens Rurais.

Principal finalidade: debater problemas do exôdo rural e abordar aspectos gerais da agropecuária brasileira. Outro objetivo: promover uma maior integração entre a juventude campezina dos Estados participantes.

Durante os trabalhos os jovens foram recepcionados pelo Presidente João Figueiredo, no Palácio do Planalto.

Na agricultura, cerca de 30 por cento da população economicamente ativa encontra-se na faixa etária de 14 a 25 anos. E dela depende, em grande parte, a elevação da produtividade do trabalho agrícola.

Caprinos: Criação incentivada pela Emater-Rio

Congresso propõe medidas para desenvolvimento do setor leiteiro

Os fatores que afetam a qualidade dos produtos lácteos foram caracterizados, destacando-se a falta de controle higiênico-sanitário, a exclusividade da inspeção a nível de indústria de laticínios e a ausência de informações ao consumidor sobre a identificação dessa qualidade, que poderia orientá-lo na exigência de um bom produto.

As principais fraudes denunciadas nos produtos lácteos são a adulteração por aguagem, a presença de conservadores antibióticos, a contaminação e o peso adulterado.

As causas do baixo consumo do leite no país foram analisadas tendo sido mencionados o baixo poder aquisitivo da população brasileira, a falta de promoção do produto como alimento nobre e o conceito da população quanto à qualidade organoléptica e sanitária do leite pasteurizado.

Diante desta avaliação foram apresentadas as seguintes sugestões:

A qualidade dos produtos lácteos postos à disposição do mercado consumidor

1. Pagamento do leite pela qualidade sanitária, composição físico-química e organoléptica, alicerçada em um programa de assistência técnica constante e efetiva aos produtores.

2. Orientação e educação do consumidor no reconhecimento e seleção de produtos lácteos de boa qualidade.

3. Desenvolvimento de pesquisas integradas, na solução dos problemas tecnológicos, econômicos e sociais, da produção, industrialização e comercialização dos produtos lácteos.

4. Cumprimento da legislação proibindo a venda do leite cru nas cidades onde existem usinas de pasteurização.

5. Dinamização dos programas de treinamento para retireiros, capatazes e carre-

O VII Congresso Nacional de Laticínios foi realizado de 19 a 23 de julho passado, em Juiz de Fora - MG, por iniciativa do Ministério da Agricultura e da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, reunindo vários representantes do setor leiteiro nacional de dezessete estados.

As conclusões do encontro, que A Lavoura publica nesta edição, propõem diretrizes de ação que, implementadas, contribuirão para desenvolver ao setor as condições mínimas indispensáveis para seu desenvolvimento.

Assim, o setor assume o compromisso de buscar efetivamente a concretização das idéias e proposições sugeridas durante o congresso, e condensadas em seu documento final, a seguir apresentado.

É necessário treinamento para retireiros, com ênfase na produção higiênica do leite em todos os seus aspectos

teiros, dando ênfase na produção higiênica e transporte adequado do leite, nas diferentes bacias leiteiras do país.

6. Aplicação de medidas punitivas rigorosas principalmente nos casos de fraudes econômicas, tais como aguagem, peso adulterado e conservadores.

7. Ampliação do quadro técnico da SIPA através da contratação de técnicos de laticínios.

8. Dar cumprimento à lei para que as

empresas de laticínios com mais de 10.000 l/dia processados sejam obrigadas a contratar técnicos formados em laticínios.

Estas sugestões foram apresentadas nas moções enumeradas a seguir:

1. Propõe-se um preço diferencial para o leite em função de sua qualidade físico-química, microbiológica e qualidade sensorial, envolvendo aspectos tecnológicos, éticos e estéticos, segundo a classificação do leite no quadro seguinte:

Classes	Lactofermentação	Redutase Am	Carga Microbiótica	% Gordura
I - Ótimo	Homogênea-Gelatinosa	4h	5x10 ⁵	3,8
II - Bom	Homogênea-Caseosa	2-4h	5x10 ⁵ - 5x10 ⁶	3,5-3,79
III - Regular	Caseosa-Floculosa sulcado	30min.-2h	5x10 ⁶ - 10	2,3-3,49
IV - Pêssimo	Digerido	30 min.	superior a 10 ⁷	3,2 ou menos

Neste caso, as classes I e II teriam 10% e 5% de acréscimo respectivamente. O leite classe III teria o preço normal determinado pela SUNAB, e finalmente o leite classe IV seria penalizado com 5% abaixo do valor tabelado.

2. Propõe-se a realização de campanha educativa objetivando restaurar a confiança do consumidor de leite pasteurizado, para aumento do consumo através de medidas simultâneas de:

a. Controle da qualidade nutritiva, organoléptica e higiênico-sanitária do produto desde a fonte de produção até sua comercialização.

b. Orientação do consumidor quanto a seu direito de exigir um bom produto, mas, também, como reconhecer e selecionar alimento de boa qualidade higiênico-sanitária, organoléptica e nutritiva.

c. Manutenção do consumidor informado quanto às medidas governamentais que são tomadas para controle da qualidade do leite.

d. Manutenção do consumidor informado quanto aos tipos de leite existentes no mercado, sua composição, prazo de validade, formas corretas de conservação no comércio e no lar, seu preparo e utilização.

As medidas sugeridas nos itens b, c e d utilizarão, sistematicamente, todos os meios de comunicação de massa, com ênfase para rádio, com o grande meio de difusão de informações para a população, tendo em vista que mais de 90% dos brasileiros têm o seu aparelho receptor.

3. Considerando que a Legislação Federal proíbe a comercialização de leite

“cru” nas cidades onde existem usinas de pasteurização;

- Considerando que a venda do leite cru é danosa à saúde pública, pois a mesma enseja a ocorrência constante de fraude por aguagem e alta contaminação por agentes patógenos;

- Considerando que os órgãos que atualmente fiscalizam este mercado não vêm conseguindo coibir tal prática;

- Considerando que a venda do leite cru é feita fora dos tabelamentos da SUNAB, a preços superiores aos oficiais;

- Considerando que tal comercialização, além do mais, por não recolher os tributos devidos, torna-se uma concorrência desleal às empresas organizadoras, inviabilizando seu funcionamento.

Propõe-se:

Que o Ministério da Agricultura, através do SIPA, assumam a responsabilidade total por tal fiscalização, como forma de vir a serem evitadas as influências políticas locais que atualmente impedem o efetivo desempenho da ação fiscalizadora estadual e municipal.

4. Propõe-se sejam dinamizadas no país, através dos órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural, treinamento para retiros, capatazes e carreteiros, dando ênfase à produção higiênica do leite em todos os seus aspectos. Os principais elementos da área de produção devem saber higienizar o animal, lavar os utensílios, transportar e possuir hábitos de higiene compatíveis com a produção do mais importante dos alimentos.

5. Considerando que a má qualidade do leite e derivados lácteos é causada pela deficiência da mão-de-obra nas indústrias, propõe-se que, de acordo com a lei, as empresas de laticínios com mais de 10.000 l/dia processados sejam obrigadas a contratar técnicos formados em laticínios. Propõe-se ainda que o Serviço de Inspeção Federal amplie o seu quadro através de contratação de maior número de técnicos em laticínios.

As políticas de pesquisa, assistência técnica e crédito

Consensualmente, o plenário, após as exposições e debates, aceitou que a modernização da agricultura e da pecuária depende, organicamente, de um ajustamento de ações entre a pesquisa, assistência técnica e o crédito rural. Ficou implícita a necessidade de geração da inovação tecnológica, sua difusão e o estabelecimento de pré-condições estimulantes à adoção de novas idéias e práticas a nível de propriedade rural.

- As soluções para o leite no campo tecnológico diferem das outras que devem ser encontradas para outros produtos agropecuários, pois é um produto predominantemente para o consumo interno, especialmente das famílias de baixa renda.

- O Brasil é hoje uma sociedade urbana, por isso, é necessário modernizar, não só a produção, mas também o transporte, a industrialização dos produtos e de fatores, além de buscar novas tecnologias para a comercialização, segundo a realidade nacional.

- Embora não ignorando os aspectos de política econômica que condicionam o desempenho do setor, não fomos ainda capazes de estabelecer uma política de inovação tecnológica, visando a sua modernização, diferentemente da que conseguimos para as explorações avícola e suíncola. Por exemplo: a questão de valor da terra, extremamente diferenciado no país, nos levará a buscar processos tecnológicos de produção também diferenciados para a pecuária leiteira nacional.

- As crescentes distâncias entre as zonas de produção de leite e as indústrias de beneficiamento, o aumento dos custos operacionais e a drástica redução das pequenas indústrias mais próximas das fontes de pro-

dução, indicam a necessidade de se repensar o modelo vigente da assistência técnica, bem como o exame profundo da reorganização das indústrias para atender às reais características do mercado consumidor interno.

- A assistência técnica deve ser estimulada porque contribui para aumentar a produtividade das culturas e criações. Os cooperados assistidos pela Cooperativa Central de Laticínios do Paraná, elevaram a produtividade média do rebanho em 22%, em cinco anos. Os dados da CCLP mostram que a produção média de seus cooperados, em 1981, foi de 3.520 quilos de leite/vaca/ano.

- Por suas características sociais e econômicas, embora tenha ampla liberdade de decisão sobre os seus negócios, o produtor necessita de alguma forma de assistência técnica para diminuir os riscos de empreendimento e elevar a sua produtividade.

- Numa atividade como a laticinista, em que os interesses de produtores e compradores se entrelaçam de modo muito estreito, não pode haver sucesso num serviço de assistência técnica, se não se registrar êxito real para o beneficiário de sua atuação.

- A desburocratização do crédito, a nível de banco, é uma medida necessária e a circular 706, do Banco Central, contém, como é justo reconhecer, elementos valiosos dessa simplificação.

- Essa desburocratização, no entanto, não deveria libertar a assistência técnica em apoio ao produtor rural, no que couber e por justo, pois será relevante para a sociedade que ele aumente a produtividade do recurso financeiro, melhor combine os fatores de produção e eleve a produtividade média das culturas e criações, como reclama o próprio governo. É necessário, senão conveniente, ajustar o exercício prático da circular à necessidade de viabilizar, a nível do produtor brasileiro, a presença de outros instrumentos de apoio à modernização do setor agropecuário.

- Não se deve minimizar a importância do crédito rural como valioso instrumento de mudanças tecnológicas na agricultura e na pecuária e nem reduzir a ampla função da assistência técnica, oficial e privada, à condição de simples fiscalização de crédito rural ou fonte de emprego para profissionais das ciências agrárias e laticinistas.

- As autoridades governamentais necessitam implementar um programa de bem-estar social para o campo, a fim de melhorar a qualidade de vida dos produtores rurais brasileiros.

Os preços do leite devem ser fixados com base nos custos reais de produção

A sessão plenária aprovou por maioria absoluta a seguinte moção:

- Considerando os relevantes serviços prestados ao país pelo ILCT, ao longo de seus 42 anos de existência através dos técnicos laticinistas espalhados por todos os estados brasileiros, proporcionando um nítido avanço tecnológico no setor industrial;

Propõe-se o fortalecimento do ILCT-EPAMIG e que se efetue no mais breve espaço de tempo, um estudo sobre as melhores alternativas para consolidar esse fortalecimento, diante da dimensão nacional da sua prestação de serviços ao setor laticinista.

A política de preços e de estocagem

Uma ampla discussão do papel do Governo como regulador do mercado de leite resultou, basicamente, em duas linhas de pensamentos. Resumidamente, essas linhas defendem as seguintes idéias:

- a. Liberação de preços de todos o setor laticinista brasileiro com uma política de garantia de preço mínimo ao produtor de leite e programa de compra de excedentes na forma de derivados. Ainda nesta linha, lembrou-se a necessidade de medidas complementares (como cota máxima, por exemplo) para controle do volume de estoques.

- b. Manutenção do sistema atual de administração de preços pelo Governo, concen-

trando a responsabilidade em um só órgão governamental apoiado por um Conselho Nacional do Leite, reunindo todos os segmentos do setor laticinista e representando as diversas regiões leiteiras do país.

Em defesa dessas idéias foram apresentadas as seguintes sugestões:

1. Fixar preços tendo como base os custos reais de produção.
2. Regionalizar a fixação de preços visto que regiões diferentes apresentam custos de produção diferentes.
3. Fixar preços em épocas adequadas, evitando assim uma defasagem entre os preços fixados e custos reais de produção.
4. Ligar a fixação de preços ao complexo: produção — industrialização — política de preço.
5. Fixar preços em bases reais para que não sejam defasados através do processo inflacionário.
6. Divulgar a política de estoques reguladores de leite e derivados para conhecimento dos produtores, indústrias e consumidores.
7. Aquisição dos excedentes de leite e derivados para utilização nos programas sociais do Governo.
8. Examinar todas as alternativas de liberação do preço do leite a nível de consumidor, garantindo-se preços mínimos ao produtor.
9. Estabelecer mecanismos de levantamentos sistemáticos da produção, industrialização e comercialização do leite

e derivados, essenciais ao estabelecimento de políticas para o setor leiteiro. Durante a sessão de debates as seguintes moções foram apresentadas e por consenso aprovadas pelo plenário.

1. Considerando que o fortalecimento do Ministério da Agricultura, através da Secretaria Nacional de Abastecimento, é a forma mais convincente de estabelecer um diálogo com todos os setores da produção, industrialização e consumo de leite e derivados, propõe-se, objetivamente, que seja criada uma Comissão de Alto Nível, que bem poderá ser Conselho Nacional de Leite, junto à Secretaria Nacional de Abastecimento e por ela coordenada, para discutir e estabelecer subsídios a uma política nacional para o leite.

2. Considerando que a política do governo para o setor laticinista é caracterizada por um constante vai-vém ora apoiando o produtor ora o consumidor.

- Considerando que essa política volúvel não permite a capitalização do produtor — base para o desenvolvimento auto-sustentado do setor laticinista.

- Considerando que esse desenvolvimento auto-sustentado do setor só é possível através de uma política racional e linear de longo prazo.

- Considerando a principal causa do impasse que vive o setor ser a incapacidade de compra de amplo segmento da população.

Propõe-se que a estocagem e distribuição de leite e derivados lácteos à população de baixa renda, sejam financiadas (com todos os seus efeitos inflacionários) pelo governo, através do FINSOCIAL, recém-criado.

Os efeitos inflacionários desses subsídios seriam amplamente recuperados através da redução do desperdício de recursos da assistência médica e educação escolar, despendidos com cidadãos deficientes em razão da subnutrição na primeira infância.

De forma indireta, contribuiriam também para estruturar as bases para um desenvolvimento auto-sustentado do setor.

3. Tendo em vista que o consumidor de leite no Nordeste está hoje pagando o leite mais caro do Brasil.

- Tendo em vista que o custo de produção do leite no Nordeste também é o maior do Brasil.

- Tendo em vista, também, que o reajuste do preço ao produtor de leite Nordestino atingiu somente 52%, nos últimos doze meses, enquanto a inflação do setor foi superior a 90%, o que está provocando a acelerada extinção da atividade na região.

Propõe-se:

- Atualização urgente do preço pago ao pecuarista de leite no Nordeste.

- Subsídio ao preço do leite pasteurizado no Nordeste, como única forma de o pecuarista poder continuar tendo onde colocar sua produção.

4. Considerando a atual desorganização em que se encontra o setor leiteiro nos Estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba.

- Considerando que os Estados acima descritos têm situação peculiar para produção de leite que diverge de todos os outros estados no Brasil.

- Considerando que esses estados nunca produziram leite para seu próprio consumo sendo forçados sempre a importar o produto.

- Considerando que a política de preço efetuada para aqueles estados não tem atendido as necessidades do setor, contribuindo desta forma para uma maior desorganização no setor.

- Considerando os 4 anos consecutivos de situação climática difícil com anos de seca total.

Propõe-se:

A liberação do preço do leite em todos os níveis como ocorre nos estados do Norte.

A organização institucional do setor

Após as exposições e os debates, os participantes do VII Congresso Nacional de Laticínios, que reuniu as lideranças rurais, produtores, técnicos, industriais, cooperativas, entidades governamentais, sindicatos e outras entidades a nível federal, concluíram que, em face da não existência de uma política definida, clara e objetiva para o setor leiteiro, estribada no consenso entre os diversos segmentos representativos desse setor, foi proposta e aprovada por unanimidade a instituição do Conselho Nacional de Leite e Derivados, com caráter deliberativo e permanente, da forma a ser estudada e proposta, no menor prazo possível, pelas entidades organizadoras e participantes da mesa diretora desse painel. Complementarmente, após a consolidação do Conselho Nacional, sejam estudadas:

- a. Criação dos Conselhos Estaduais
- b. Inclusão no Conselho Nacional de representantes das diversas regiões do país.

O documento final do congresso propõe maior controle da qualidade nutricional, organoléptica e higiênico-sanitária do leite.

Livros e publicações

Sylvia Maria da Franca

Ciências Agrícolas - Catálogo

Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado do Rio de Janeiro.

Grupo de Bibliotecários em Informação e Documentação Agrícola. *Catálogo de publicações em ciências agrícolas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, 1981. 160 p.

O presente Catálogo é uma atualização, até 1980, do Catálogo de Publicações Oficiais em Ciências Agrícolas, obra publicada pelo Grupo em 1977, que arrolou as instituições agrícolas do Rio de Janeiro e todas as suas publicações até 1976. Neste volume foi ampliado o número de participantes, de modo a incluir, não só as instituições mais relevantes em ciências agrícolas, mas também as instituições afins, que se destacam pelo volume de material publicado na área. O levantamento das obras referentes aos novos participantes arrola todas as suas publicações até 1980.

Inclui livros, apostilas, teses, periódicos, publicações seriadas, de autoria total ou em colaboração com outros órgãos. O arranjo é por ordem alfabética de siglas das instituições.

Se você estiver interessado em adquiri-lo, solicite no endereço abaixo. O valor da publicação é de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), incluindo a remessa pelo correio, devendo o cheque ser em nome de: Ana Maria dos Santos Rosa

Instituto do Açúcar e do Alcool
Departamento de Informática - Biblioteca
Av. Pres. Vargas, 417 - 7.º andar
20.210 - Rio de Janeiro/RJ, Brasil

portância para a cultura industrial, focalizando os tratamentos culturais, denunciando e combatendo as pragas e moléstias chegando à colheita de conservação das raízes.

Considera a rotação e a consorciação de culturas, estuda os produtos, desde o uso da mandioca "in natura", à tradicional farinha de mesa.

Chega ao álcool carburante, o combustível do futuro do Brasil.

Possui no final uma bibliografia sobre o assunto.

Agricultura - Manuais

SILVA, O *Manual prático e técnico de agricultura*. 2 ed. São Paulo, Instituto Campesino de Ensino Agrícola, 1982. 524 p.

Trata de um assunto de excepcional importância para colegas da área técnica, das indústrias e comércio de defensivos, até para os agricultores sensíveis à técnica.

Dá conhecimento das classificações dos defensivos agrícolas, segundo a química e a DL 50 (dose letal), com informações de uso adequado ao combate aos inimigos naturais das culturas, das principais composições de ingredientes ativos usados no comércio.

Apresenta um informe toxicológico muito importante para técnicos e empresas do setor de defensivos agrícolas.

Enfoca 21 culturas econômicas dentre as cultivadas no território nacional, abordando todos os seus aspectos de cultura, desde o plantio até a colheita.

Mostra aspectos técnicos e práticos da adubação mineral, também conhecida como química, que agora preferimos denominar de adubação radicular, a fim de diferenciá-la da foliar.

Possui no final uma bibliografia sobre o assunto.

Mandioca

CONCEIÇÃO, A.J. da. *A mandioca*. 2 ed. São Paulo, Nobel, 1981. 382 p.

Enfoca desde a origem, sem perder de vista os aspectos botânicos e fisiológicos, até sua difusão pelo mundo.

Situa-se no país de origem, cita problemas, trata do mercado interno dos produtos e a conceitual no externo.

Mostra as regiões Norte e Nordeste do Brasil como das mais promissoras à sua expansão.

Aborda, de maneira detalhada, o sistema de produção da matéria-prima, estudando o solo e o clima.

Trata do plantio e da irrigação, este como insumo de im-

Nutrição animal

ANDRIGUETTO, J.M. et alii.

Nutrição animal; as bases e os fundamentos da nutrição animal; os alimentos. São Paulo, Nobel, Curitiba, Ed. da Universidade Federal do Paraná, 1982. v. 1.

Dedicado às bases e fundamentos da nutrição animal e aos alimentos, procura enfatizar os aspectos relacionados com a nutrição animal, de maneira simples e objetiva, sem fugir à profundidade do tema, conceituando o que se deve entender por alimentos, seus nutrientes e possíveis efeitos farmacodinâmicos.

Analisa a digestão nas várias espécies animais, a absorção, as inter-relações dos vários nutrientes no processo digestivo, seu metabolismo intermediário e as interrelações metabólicas.

Mostra os testes para a avaliação nutricional, tanto no aspecto dos nutrientes como no valor energético global.

Enfoca todas as substâncias utilizáveis na alimentação animal, enfatizando em função deste aspecto, a destinação das várias matérias-primas, em sua maioria subprodutos agropecuários no trinômio "alimentação humana—alimentação animal—produção de energia".

Possui no final uma bibliografia sobre o assunto.

Endereço das Editoras das Publicações em Referência nesta Edição

● Instituto Campineiro de Ensino Agrícola
Rua Antônio Lapa, 78
Caixa Postal, 1148
13.100 - Campinas - SP

● Instituto do Açúcar e do Alcool
Av. Presidente Vargas, 417 -
7.2 andar - 20.210 - Rio de Janeiro - RJ

● Livraria Nobel S.A.
Rua Maria Antonia, 108
01000 - São Paulo - SP

Colabore para o maior enriquecimento da Biblioteca da Sociedade Nacional de Agricultura, ofertando-nos livros ou folhetos que tratem de assuntos agrônômicos.

A Biblioteca da Sociedade Nacional de Agricultura é depositária da FAO, franqueada ao público no horário das 8:00 às 17:00 horas.

Grupo de Bibliotecários em Informação e Documentação Agrícola do Rio de Janeiro

O Grupo de Bibliotecários em Informação e Documentação Agrícola do Rio de Janeiro, criado em 1972, foi instituído com a finalidade de constituir uma coordenação de bibliotecas e centros de documentações agrícolas e afins do Rio de Janeiro, direcionando os trabalhos no campo da Agricultura.

É filiado à Associação Profissional dos Bibliotecários do Rio de Janeiro e está vinculado à Comissão Brasileira de Documentação Agrícola.

Constituído sem finalidade lucrativa, congrega bibliotecários e documentalistas agrícolas, técnicos em informação

e profissionais que contribuam para execução dos seus objetivos.

O Grupo vem desenvolvendo uma série de atividades, entre as quais se destaca a compilação de trabalhos que venham assistir aos usuários da área, com informações e pesquisas realizadas no setor, normalização de publicações, palestras e participação de programas agrícolas a nível nacional e internacional.

Foram compilados até a presente data os seguintes trabalhos:

● Catálogo de publicações oficiais em ciências agrícolas, RJ, 1977.

● Catálogo de publicações oficiais em ciências agrícolas do Rio de Janeiro. 1981.

● Guia de publicações correntes periódicas e seriadas em ciências agrícolas, editadas no Rio de Janeiro. 1979.

● Indicador de bibliotecas em ciências agrícolas e afins do Rio de Janeiro, 3. ed. rev. 1982.

● Tributaçao na agricultura: Brasil e países em desenvolvimento, 1964-1980; bibliografia seletiva e analítica. 1982.

● Artigos agrícolas selecionados. Rio de Janeiro, v. 1 - 1978. Semestral

Instituições — Membro do GBIDA - RJ

Associação dos Exportadores Brasileiros

Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro

Centro Brasileiro de Apoio a Pequena e Média Empresa

Centro Interamericano de Comercialização

Confederação Nacional do Comércio

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro

Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Brasileira Para Conservação da Natureza

Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior

Fundação Getúlio Vargas - Instituto Brasileiro de Economia - Centro de Estudos Agrícolas

Fundação Getúlio Vargas - Instituto Brasileiro de Economia - Grupo de Informação Agrícola

Instituto Brasileiro do Café

Instituto de Planejamento Econômico e Social

Instituto do Açúcar e do Alcool

Instituto do Açúcar e do Alcool. Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar - Coordenadoria Regional Leste - Centro de Informações da Agroindústria Canavieira

Jardim Botânico

Museu Nacional

Projeto Radambrasil

Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento Sociedade Nacional de Agricultura

Superintendência de Desenvolvimento de Pesca

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Centro de Pós-Graduação e Desenvolvimento Agrícola

A partir da próxima edição, A Lavoura divulgará os serviços oferecidos por cada biblioteca agrícola do Rio de Janeiro.

Arroz: Recomendações para utilização da cultivar IR 841

Silvino Amorim Neto¹
Aldo Bezerra de Oliveira¹
Glória Marta Bellon Fernandes¹

Histórico

A cultivar IR 841 foi criada no Instituto Internacional de Pesquisa com Arroz (IRRI), localizado nas Filipinas, Ásia. Foi introduzida no Estado do Rio de Janeiro originalmente como 'IR 841 - 63 - 5' em 1970, pelo Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Centro-Sul (IPEACS), com sementes provenientes do Instituto Colombiano Agropecuario (ICA).

Produtividade

Esse material foi testado em ensaios regionais de cultivares e linhagens de arroz na região Norte Fluminense e em dois sistemas de produção — semeadura direta e transplante de mudas — no período de 1975 a 1978. Apresentou um rendimento médio de 5.700 kg/ha, o que corresponde a uma produtividade aproximadamente 29% superior à da cultivar tradicional 'De Abril' (4.418 kg/ha).

Nos testes de sistemas de produção utilizando a adubação NPK, em várias áreas arroteiras da região, foi alcançado uma produtividade média de 5,4 t/ha, o que corresponde a 108 sacos de 50 kg por hectare.

Nas áreas onde foram realizados os concursos de produtividade coordenados pela EMATER-RIO, nas safras 1977/78 e 1978/79, a cultivar IR 841 apresentou, em alguns casos, produtividade acima de 10 t/ha. Essa produtividade não pode ser tomada como média, mas vem comprovar o seu alto potencial de produção.

Produção da soca

Quando semeada nos meses de setembro e outubro, a cultivar produz uma soca cuja produção atinge aproximadamente 50% da primeira colheita. A única despesa que se tem nesse aproveitamento é com a continuação da irrigação das quadras por período aproximado de 60 dias.

Outras características

● Ciclo médio: 140 a 145 dias

A colheita deve ser feita quando 2/3 dos cachos apresentarem grãos com coloração característica de maduras

- Altura da planta: 80 a 85 cm
- Resistente ao acamamento e à Brusone (*Pyricularia oryzae*) e moderadamente resistente à Mancha Parda (*Heminthosporium oryzae*).
- Perfilhamento: produz grande número de perfilhos.
- Rendimento de engenho no beneficiamento: apresenta cerca de 63% de grãos inteiros. O rendimento total de máquina atinge 72%.
- Aspecto de grãos: a análise de Centro Branco (gessamento) demonstrou que esse material apresenta ótima aparência de grãos beneficiados, com uma percentagem de 89% de grãos translúcidos.

Plantio

Semeadura direta em covas (manual)

- Densidade: usar por cova 5 a 8 sementes quando o poder germinativo estiver acima de 90%. Aumentar o número de sementes à medida que o poder germinativo baixe.
- Espaçamento: 0,30 m entre fileiras e 0,20 m entre covas.
- Quantidade de sementes necessária: 50 a 60 kg/ha.

Semeadura direta em linha contínua (mecanizada)

- Densidade: usar 90 a 100 sementes por metro linear de sulco quando o poder germinativo estiver acima de 90%. Aumentar o número de sementes por metro de sulco à medida que o poder germinativo baixe.
- Espaçamento: 0,30 m entre fileiras.
- Quantidade de sementes necessárias: 90 a 100 kg/ha.

Transplante

- Densidade de viveiro: 300 a 400 g de sementes/m².
- Idade da muda para o transplante: 30 a 40 dias.
- Espaçamento: 0,30 m entre fileiras e 0,20 m entre covas.
- Densidade: Densidade: 5 mudas por cova.
- Quantidade de sementes necessárias: 40 a 50 kg/ha.

Adubação

Responde bem à adubação. Em solo argiloso de baixo teor de matéria orgânica e baixos níveis de fósforo e potássio, a adubação com 60 kg de N, 50 kg de P₂O₅ e 40 kg de K₂O por hectare, proporcionou, nesta cultivar, um aumento da produtividade da

ordem de 1.800 kg/ha, com retorno líquido aproximado de Cr\$ 16.400,00. Na cultivar tradicional 'De Abril', com os mesmos níveis de adubação, a produtividade alcançada foi de apenas 900 kg/ha, com retorno aproximado de Cr\$ 6.600,00. Estes resultados verificaram-se na safra 1977/78.

Um terço do nitrogênio deverá ser aplicado por ocasião da semeadura direta ou transplante de mudas, juntamente com todo o fósforo e o potássio. Os 2/3 restantes deverão ser aplicados em cobertura, conforme descrito a seguir.

Época de aplicação do nitrogênio em cobertura.

A melhor época para aplicação do nitrogênio em cobertura é quando se inicia o primórdio floral, que é a fase inicial da formação do cacho do arroz. O número de dias da data de emergência das plantas ao início do primórdio floral varia conforme a época de semeadura.

Época de Emergência Dia e Mês	Dias entre a emergência e a diferenciação do primórdio floral		
	Semeadura direta e transplante	Semadura direta	Transplante
24/09	86 a 92	84 a 90	92 a 98
28/10	78 a 84	84 a 90	84 a 90
26/11	77 a 83	83 a 89	83 a 89
26/12	69 a 75	75 a 81	75 a 81
29/01	61 a 67	67 a 73	67 a 73
26/02	63 a 69	69 a 75	69 a 75

Para uso da tabela na determinação da melhor época para fazer a adubação em cobertura, deve-se proceder da seguinte forma:

- de acordo com o sistema utilizado (semeadura direta ou transplante), verificar de qual data se aproximou mais a emergência das plantas da cultura a ser adubada (quando as condições de temperatura e umidade são boas, a emergência ocorre 5 a 7 dias após a semeadura).
- procurar, na coluna correspondente à direita, com quantos dias se deve distribuir o adubo nitrogenado.

Controle de invasoras

Essa cultivar é muito exigente no que diz respeito ao controle de invasoras. Fazer uma aplicação de herbicida pré-emergente três a cinco dias após a semeadura direta,

na dosagem indicada pelos fabricantes. Como outra alternativa, poderá ser aplicado herbicida de pós-emergência, quando as invasoras se apresentarem com 2 a 3 folhas, o que ocorre aproximadamente entre 15 a 20 dias após a semeadura ou transplante de mudas.

Posteriormente, conforme a incidência de invasoras, fazer ou não uma capina suplementar.

Irrigação

Procurar fornecer às quadras uma lâmina d'água crescente até atingir 5 a 10 cm de altura, que deverá ser mantida até o início da maturação dos grãos, quando se deverá fazer a drenagem da área.

Colheita

Fazer a colheita quando 2/3 dos cachos apresentarem grãos com a coloração característica de maduros.

Secagem

Evitar a secagem excessiva, que poderá causar maiores quebras no rendimento industrial dos grãos.

Aspectos Comerciais

Devido ao seu elevado índice de grãos inteiros no beneficiamento e também de grãos translúcidos, o material tem tido ótima aceitação nos engenhos de beneficiamento de arroz da região. No Engenho Francisco de Paulo Rabelo, no município de Itaperuna, a cotação em 22.08.80 era de Cr\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta cruzeiros) por sacco de 50 kg de grãos em casca, superando a cotação do arroz tradicional 'De Abril' em Cr\$ 50,00 por sacco, o que representa cerca de 9% a mais em valor comercial para a cultivar IR 841.

A tendência é melhorar ainda mais a sua preferência pelos engenhos e aumentar, conseqüentemente, a sua cotação, já que o produto apresenta condições de ser comercializado em mercados mais exigentes.

Locais para aquisição da semente

- Fazenda Experimental de Italva Siagro - Rio, Italva-Campos-RJ
- Postos de Vendas da Siagro-Rio nos municípios de Itaperuna, Miracema e Pádua.
- Estação Experimental de Campos Av. Francisco Lamego, 134 - Campos - RJ
- Campo Experimental de Itaocara Itaocara - RJ

¹ Eng.º Agrônomo, Pesquisador II da PESAGRO-RIO, Estação Experimental de Campos.

Empresas

Basf inaugura fábrica de vitaminas

A Basf brasileira inaugurou sua fábrica de vitaminas A, D₃ e E, destinadas à alimentação animal.

A nova unidade, instalada em Guaratinguetá — SP, tem capacidade de produção de 1,5 mil toneladas anuais.

Estas vitaminas são fornecidas às indústrias de rações e laboratórios veterinários e entram na composição de rações animais, blocos de sal mineral vitaminizados e suplementos vitamínicos, e vinham sendo importadas até o momento.

Combustíveis alternativos

Após anunciar no início do ano passado, a aprovação da mistura de 10% de óleo de soja bruto degomado ao óleo diesel, como alternativa de combustível para seus motores de fabricação nacional, a Caterpillar Brasil anuncia agora que a percentagem de óleo de soja, nesta mistura, foi aumentado para 30%.

Todos os motores Caterpillar, tanto nacionais quanto importados, equipados com câmara de pré-combustão, podem perfeitamente ser abastecidos com esta nova mistura sem que seja necessária qualquer modificação nos mesmos.

Os testes que a Caterpillar Brasil vem realizando, em conjunto com a Caterpillar Co., incluem ainda a utilização de 100% de óleo de soja em motores com câmara de pré-combustão e 100% de ésteres de óleo vegetal em motores de injeção direta.

Semeadora manual para a cultura da cenoura

A semeadora Solo Fértil reduz o custo de mão-de-obra

A Solo Fértil está lançando uma semeadora manual para a cultura da cenoura, com capacidade de realizar as três principais práticas na semeadura desse legume: sulcagem, deposição das sementes e fechamento do sulco.

A nova semeadora, possuindo mecanismo bastante eficiente e prático, soluciona o constante problema de gasto excessivo de sementes. Realiza o plantio de maneira econômica, uniformizando o número de plantas nas linhas, dispensando, assim, o desbaste.

O funcionamento da Solo Fértil é extremamente simples. A sulcagem em linhas é feita por intermédio de um sulcador posicionado na parte dianteira da semeadora e, através de uma plataforma localizada acima do sulcador, é controlada a profundidade de 3,5cm do sulco, servindo também para expulsão de torrões eventualmente presentes no solo.

Imediatamente após a sulcagem, o cilindro horizontal deposita as sementes nos espaçamentos adequados. Este cilindro, de capacidade de 400g., possui duas canaletas com orifícios por onde são depositadas as sementes. Cada uma das canaletas possui utilização específica — uma para as sementes de inverno e outra para as de verão.

Após a deposição das sementes apropriadas, o sulco é coberto por meio de um sistema de corrente que converge um montante de solo para seu interior.

A semeadora Solo Fértil além de proporcionar a economia de mão de obra e sementes, funciona nas mais diversas condições de solo. Pedidos para: Solo Fértil Indústria e Comércio Ltda, Av. Dr. Péricles Corrêa da Rocha, 59-A, Tel. 2013, Bom Jardim — RJ

Dados técnicos

Capacidade de plantio: 3,6 horas/hectare
Espaçamento entre plantas: 3 a 5 cm
Gasto de sementes: 1,2 Kg/hectare
Capacidade de depósito de semente: 500 Gramas
Peso da máquina: 2,8 Kg
Tração: humana

Nova linha de tratores agrícolas

A Massey Ferguson acaba de anunciar o lançamento de sua linha de tratores agrícolas MF Super 200.

Destacam-se como características principais da nova linha de tratores da empresa as seguintes: Bicos injetores de fluxo controlado, proporcionando aumento de potência e economia; tomada de potência de acionamento hidráulico; freios a disco em banho de óleo; direção hidrostática; bloqueio automático do diferencial; sistema hidráulico com maior capacidade de levante; mudanças automáticas de bitolas; tanque de combustível de maior capacidade; acelerador de pé; embreagem com revestimento ceramético; painel de instrumentos completo; barra de tração para serviço pesado com roletes; lanternas trazeiras com luz de freio; toldo refletivo; assento "ergomatic"; tração nas 4 rodas com 16 velocidades a frente.

Ancinho enleirador usineiro

A Lely do Brasil está lançando um novo produto no mercado. É o Ancinho Enleirador Usineiro "V-4".

Esta máquina é o resultado de três anos de pesquisas, visando especificamente a cultura de cana-de-açúcar. Além de um desenho totalmente inovador, o "V-4" têm uma capacidade de trabalho que garante pelo menos o triplo do rendimento de qualquer ancinho convencional.

O fator "Economia" é o ponto forte deste implemento, que apesar da robustez, é leve o suficiente para permitir ao trator trabalhar sem esforço, poupando combustível.

Novo Ancinho da Lely para cultura de cana-de-açúcar

Alfred do Brasil inicia operações comerciais

A Alfred do Brasil Engenharia e Comércio é uma empresa especializada em engenharia e processo de carbonização de biomassa, briquetagem e carvão ativado, atuando nas áreas de agricultura, madeiras, reflorestamento, química e siderurgia.

As unidades de briquetagem da Alfred do Brasil produzem briquetes para diversas aplicações, tais como para uso doméstico e até siderúrgico. As unidades de carvão ativado apresentam produto final com características especiais para aplicação em filtragem, indústrias químicas e farmacêuticas, podendo vir acopladas a um corretor de P.H.

Além do processo, projeto e implantação do sistema, a empresa oferece apoio ao cliente na administração, direção, manutenção e treinamento de pessoal.

Alfred do Brasil Ltda
Alameda Joaquim Eugenio de Lima, 696 — Conj. 23
São Paulo

Silos armazenadores para grãos

A Solit está lançando, para pronta entrega, silos armazenadores para grãos com capacidade de 10t até 250t, visando atender situações de armazenagem de emergência em qualquer região do país.

Os silos Solit são fornecidos em "Kits" facilmente transportáveis. Uma Kombi pode transportar 10 silos, cada um com capacidade para armazenar 100t de grãos, dando um total de 1.000t de capacidade de armazenagem.

O tempo de montagem é de no máximo 2 horas, podendo ser desmontado com a mesma rapidez e transportado facilmente para qualquer local.

Um silo com capacidade para armazenar 100t de grãos está sendo lançado ao preço de Cr\$ 495.000,00.

Solit Energia Solar Ltda
Av. Torres de Oliveira, 123 Tels:
(011) 268.2445 e 268.2122 ramal 113 — CEP: 15347 — São Paulo — SP.

Silo Solit já montado, em operação de carregamento pelo sistema de rosca, sendo o grão descarregado diretamente do caminhão graneleiro para o silo.

Inseticida em nova embalagem

Lannate sol em embalagem de 1 litro

A Du Pont colocou no mercado a embalagem de um litro do "Lannate" Sol, para atender, principalmente, aos pequenos produtores de horticultura que não necessitam de grande estoque de inseticida.

O litro de "Lannate" Sol, em nova garrafa plástica, resistente e transparente, já vem com indicações a cada 25ml, o que facilita ao horticultor o controle de consumo e dosagem.

Além de não deixar resíduos nas plantas, e no solo, o novo produto possui efeito benéfico sobre os predadores, que com sua ação isolada, também colaboram no combate às pragas.

Cartas

Em resposta ao Prof. Bulhões

A respeito da carta-documento encaminhada pelo Prof. Octavio Gouvêa de Bulhões à SNA, publicada na edição de Maio/Junho 82 da Revista A Lavoura, recebemos as seguintes correspondências:

Um documento de Octávio Gouvêa de Bulhões merece sempre o mais profundo e generalizado respeito, pela simples assinatura que o encerra. O caso não foge a esta regra.

A proposta básica do ilustre economista é o combate à inflação, através de uma reversão de expectativa inflacionária, a ser conseguida através de um orçamento monetário isento de insinuações de inflação, com expansão de base monetária não superior a 10% a.a.

Para a consecução desse objetivo, o mesmo economista aponta como indispensável a eliminação dos subsídios ao setor primário, financiados atualmente com base numa expansão monetária bem maior. Os volumes de créditos atuais, julgados já suficientes, seria limitante dos valores de financiamentos agrícolas de 1983, mas se reservariam seguramente a estes financiamentos.

A demonstração de Bulhões é clara, incisiva, contundente, e convincente. Mas existe uma realidade não considerada nela: os custos dos juros financeiros comuns, com taxas da ordem de 110% a.a., de início elevariam o custo da produção agrícola às nuvens. Teríamos que estabelecer para ela, a níveis de consumidor, preços que este não poderia suportar. O mau conselho da barriga vazia é um perigo que a Nação não pode correr, especialmente quando as tensões já

são altas em nossa realidade social.

A sistemática proposta por Bulhões procederia, inteiramente, num contexto de reformas mais profundas e mais amplas, dentro das quais teríamos:

a. preços mínimos de garantia capazes de dar rentabilidade ao produtor, embutidos nos mesmos preços os valores dos novos custos agrícolas, todos, incluídos os custos dos novos juros;

b. total isenção de imposições tributárias para os gêneros de primeira necessidade. Isto seria necessário para que, compensando-se os acréscimos de custos acima, os preços finais dos produtos não escapassem à capacidade aquisitiva do povo, estrangulando-se o mercado de interesse, inviabilizando métodos racionais de produção.;

c. adoção parcial e progressiva da sistemática. A imposição súbita de taxas como as de mercado, para o setor primário que se encontra completamente descapitalizado, levaria a um desastroso hiato de trabalho produtivo. Sem capital próprio para empreender, o produtor primário não se encorajaria a tomar empréstimos tão onerosos, o que o levaria a uma parada.

Paulo Seronni
Diretor-Presidente

Federação da Agricultura do
Estado de Goiás e Distrito Federal

Nosso setor de Crédito Rural através do Eng.º Agr.º Dirck Solter analisou e materializou posição sobre o assunto.

Sentimos que algumas premissas do Prof. Octavio Gouvêa de Bulhões não aconteceram significativamente na prática.

Desta forma, enviamos posição desta Associação a respeito do assunto.

Os juros elevados afetam não só o setor rural, mas também o industrial, comercial etc., pois inflacionam os preços de qualquer mercadoria.

Os juros elevados são instrumento de aceleração de preços via repasse dos custos aos produtos.

A elevação da taxa de juros do crédito rural às taxas de mercado poderá surtir efeitos desejáveis ou indesejáveis com respeito à inflação, não se podendo afirmar aprioristicamente o resultado líquido desta medida política. Pois se de um lado haverá retração da demanda agregada, por outro lado a elevação da taxa de juros elevará os custos de produção reduzindo a oferta agregada pressupondo-se um orçamento prefixado.

Em resumo, o principal reflexo será o social, pois teremos menor quantidade de produto ofertado, podendo inclusive os preços do equilíbrio serem mais elevados.

O controle da expansão do crédito (necessário) torna o recurso escasso e caro. A dispensa de novos acréscimos no volume de recursos em crédito rural só é possível se controlados os custos de produção e que dependem essencialmente dos preços dos insumos. A expansão da fronteira agrícola também requer volume adicional de recursos.

Quem mais arca com o subsídio ao Crédito Rural é o depositante à vista (correntista comum), pois os bancos captam recursos do público em geral à taxa nula. Qual a razão deste recurso ser aplicado pelos Bancos às taxas tão elevadas?

Juro não cria riqueza. Juro elevado é agiotagem. Valoriza-se o setor terciário em detrimento do primário e secundário.

A comparação da renda agrícola com a industrial em relação ao saldo dos empréstimos é enganosa, pois a necessidade de capital de giro (que é crédito preponderante) da indústria é bem menor do que a da agricultura se comparada com suas respectivas rendas. A produção agrícola é sazonal e a industrial é contínua.

Eng.º Agr.º Paulo César Furiatti
Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná - AEAPR

“O Dr. Bulhões foi um grande ministro, mas infelizmente não escreve com clareza meridiana do professor Gudin. Sua obcecação com os chamados subsídios agrícolas me parece especialmente difícil de entender. Nos últimos anos, o Dr. Bulhões deixou-se tomar por duas ou três idéias fixas que talvez o estejam impedindo de apreciar corretamente o quadro das realidades econômicas do país.”

Fernando Pedreira
Rio de Janeiro

Em princípio, mais por questão de observação diária, do que com base nos dados estatísticos analisados pelo grande expoente da nossa economia, devo afirmar a V.Sa. que sou pessoalmente favorável à elimi-

nação gradativa do subsídio generalizado ao crédito rural, tendendo a igualar suas taxas às do mercado.

O argumento em que me baseio é o de que, em regra geral, não há atividade agrícola que propicie resultados financeiros aos níveis da atual taxa de juros prevista para o crédito rural.

Assim sendo, considerando que as atuais taxas de juros do crédito rural já são, pelos motivos expostos, inacessíveis ao produtor rural que não obtém em suas atividades, a necessária remuneração para saudá-las.

Considerando-se que, pelas características deste ou de qualquer crédito, o público que a ele tem acesso é extremamente reduzido em relação à população total de produtores rurais aos quais se destinaria.

Considerando as distorções que a concentração deste crédito tem provocado no meio rural, favorecendo economicamente a uma minoria em detrimento de uma quase absoluta maioria.

Considerando a real necessidade de que este importante instrumento de fomento, que é o crédito rural, seja utilizado como mecanismo propulsor do desenvolvimento agropecuário, esposo a opinião de que devem ser selecionadas algumas linhas específicas de crédito, com objetivos, metas e prazos bem definidos, nas quais se concentrariam alternativamente, todos os esforços governamentais nas áreas de pesquisa, assistência técnica e extensão rural e, para as quais seriam canalizados subsídios realmente atrativos.

Resumidamente o que se propõe é:

Transferência dos atuais subsídios de caráter geral emprestados ao crédito rural para, em volumes sensivelmente menores de oferta, sua adoção em linhas específicas, principalmente em investimentos em setores da atividade rural que, por política de governo e sensibilidade com a causa pública se de-

sejasse fomentar temporariamente em determinadas regiões geo-econômicas definidas.

É injusta a aplicação de tanto desgaste político e financeiro, com conseqüências negativas incalculáveis para tantos, na deturpação econômica que privilegia tão poucos.

Eng.º Agr.º Alberto Wemeck de Figueiredo

Diretor Geral do Departamento de Cooperativismo e Organização Rural da Secretaria de Agricultura do Rio de Janeiro

“Analisei o documento do Prof. Octávio Gouvêia de Bulhões e concordo com a supressão de subsídio ao crédito agrícola, porém, não acredito que somente essa medida possa reduzir substancialmente a nossa inflação. Diversos outros fatores têm influência importante no fenômeno e devem merecer igualmente correções adequadas.

O que mais aflige a classe rural, a meu ver, não é a alta inflação, mas sim a ausência de uma polí-

tica agrária abrangente e a longo prazo. Desde o início do século, sucessivos governos demonstraram a intenção de tratar a política agrária com prioridade. Na realidade, o setor somente foi utilizado para soluções imediatistas e o resultado são as crises de abastecimento e exportação, mas que tenham profundo alcance social. O potencial natural do Brasil poderia proporcionar à sua população, por intermédio da Agro-Pecuária, soluções definitivas para a maioria dos seus problemas, porém faltam visão e determinação histórica para as decisões necessárias.”

Bernhard Winkler

Membro do Conselho Técnico para a Pecuária de Corte Fazenda das Quatro Minas Indústrias Agropecuárias

Extensão rural

A Sociedade de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro-SOMVERJ - tem a satisfação de cumprimentar a Socie-

dade Nacional de Agricultura pelas comemorações realizadas pela passagem de seu 85.º Aniversário, marco de grande luta em prol da agropecuária brasileira.

Nesta oportunidade nos congratulamos também com V.S.ª pela participação do Veterinário Walmick Mendes Bezerra na Revista A Lavoura, que a partir da edição março-abril/82 passa a ser responsável pela Seção “Extensão Rural”.

Adriano Braga de Melo

Presidente da Sociedade de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro - SOMVERJ

Colonização italiana

... gostaria de agradecer à Sociedade Nacional de Agricultura o voto de reconhecimento dado à contribuição do colono italiano no setor da agropecuária brasileira.

Giuseppe Jacoangeli
Embaixador da Itália

**Sociedade Nacional
de Agricultura**

Torne-se sócio

Pessoa Física
Cr\$ 1.000,00 - por ano
Cr\$ 500,00 - por semestre

Pessoa Jurídica
Cr\$ 5.000,00 - por ano

Av. General Justo, 171 - 2.º andar - Tels.: 240-4149 e 240-4573 - CEP 20021 - Rio de Janeiro - RJ

Os índios do sudoeste da Bahia

Sinval Palmeira

Considero-me com autoridade para falar do problema criado pela FUNAI no Sudoeste baiano, nas terras que, no passado, se chamavam "Posto dos Índios". Em primeiro lugar, minhas fazendas estão fora dessa área, nos municípios de Itapetinga e Itororó, e são terras todas tituladas, onde nunca houve reservas indígenas e estão em poder da família, em sua maioria, há bem mais de meio século. Em segundo lugar, é conhecida minha posição intransigente em favor dos índios e posseiros — contra os ocupantes de suas terras, latifundiários poderosos e que, muitas vezes, não conhecem, sequer, as terras de que se pretendem proprietários.

Em meu artigo "A Propriedade e a Igreja", publicado na revista "Agropecuária Tropical", é bem claro meu entendimento do problema. O que escrevo sobre o Sudoeste é mais um testemunho. Naquelas terras não existem índios. Quando ali chegamos pela primeira vez, há quase quarenta anos, já os índios tinham sido dizimados pelos brancos, pelos invasores de terras, por alguns fazendeiros da época, ambiciosos e conquistadores. Restava um "Posto dos Índios", com meia dúzia de remanescentes já adaptados a essa civilização destruidora de seu universo e de sua cultura. Índios doentes e ociosos, desajustados e sem rumo. Esses mesmos desapareceram. O capim foi entrando na região, novos donos vieram cultivar a terra, levar para lá seus rebanhos, construir casas, currais, troncos, açudes, cercas divisórias, enfim implantaram uma pecuária em modelo extensivo, mas produtiva. Esses donos nada têm a ver com os primeiros caçadores de índios e nem são seus descendentes. São homens como Marcos Wanderley, que veio de Pernambuco, com seu sangue holandês, pioneiro e organizador, e implantou na terra uma pecuária moderna. Esse é pecuarista de vanguarda. Seu rebanho se reproduz por inseminação artificial. Suas novilhas mestiças são disputadas nas Exposições, suas terras são tituladas pelo Estado. Será legal que chegue hoje a FUNAI, com apoio da Polícia Federal, trazendo um caminhão cheio de índios recrutados em outras regiões, para lhe expulsar das terras e entregá-las a essas pessoas que se dizem de origem indígena, mas desenraizadas da terra,

Sinval Palmeira

criaturas urbanas, inexperientes e estranhas àquele mundo para o qual estavam sendo trazidas? Claro que não. Assim se defende o direito dos índios nem se faz a pecuária de que o Brasil tanto carece. A FUNAI tem tantos problemas verdadeiros em áreas realmente indígenas!

Meu neto Marcos, interessado e apaixonado pelo destino dos índios, passou quinze dias na tribo arara, no Pará, e conta o que viu a "O Globo", de 10 de maio deste ano. É um jovem de dezoito anos, mas vive o problema indígena mais do que todos nós. É amigo de caciques, como Mário Juruna e Aniceto, dos Chavantes, frequentadores de sua casa, porque amigos de seus pais. Marcos conta como a Transamazônica atravessou a aldeia, riscando-a do mapa, e dos 1.200 índios restam 49, doentes e em extinção. Conta da morte dos índios, de gripe e de fome, e denuncia a ausência da FUNAI. Na Bahia, no Sudoeste, onde só há gado e gente trabalhando a terra, há meio século do desaparecimento da última tribo, sem culpa ou participação dos atuais fazendeiros, a FUNAI vem fazer sua quixotada, investindo contra moinhos de vento, contestando os títulos de terras concedidos pelo Estado. Os títulos são válidos. O solo de que não há títulos com direito de propri-

idade, pertence ao Estado. Só o subsolo é da União. Se a área é de reserva indígena, a terra pertenceria aos índios. Mas onde estão os índios do Sudoeste? A FUNAI os caça em outras regiões distantes. Mas não são nem podem ser os índios de Itaju do Colônia, cujos remanescentes deixaram as terras há meio século.

Eu nunca viria testemunhar em favor de invasores de terras de índios. Toda nossa família, por atitude intelectual e filosófica, é solidária com os índios e, no Reveillon de 1980, se não me engano, o cacique chavante Aniceto e outros companheiros entraram o Ano Novo em meu apartamento, na Avenida Atlântica, trazidos por meu genro Zelito Viana, pai de Marcos, que escreveu, produziu e dirigiu o filme excelente "Terra dos Índios", apresentando o problema do ponto de vista do próprio Índio. Aniceto me disse, então, que a casa de Zelito e, por extensão, talvez a minha, era a única que ele conhecia de verdadeiros amigos dos índios. Procurei lhe convencer de que não. De que a maioria do povo brasileiro é contra o esbulho e o massacre das tribos indígenas e que uma minoria aventureira e desumana é que pretende extinguir os índios e sua cultura.

O Ministro Andreaza é um homem inteligente e pragmático. Estou certo de que, se bem informado, repará as coisas no seu devido lugar. Temos muito que fazer no que se refere ao problema da terra no Brasil e o INCRA está fazendo alguma coisa e devendo fazer muito mais. Mas não queiramos criar problemas em lugar de solucioná-los. As terras de Itaju, as antigas terras dos índios no Sudoeste, estão nas mãos de seus legítimos donos, que as conquistaram com seu trabalho. Não foram eles que expulsaram os índios há meio século. Compraram as terras ao Estado ou aos camponeses possuidores, mas criaram a riqueza com seu braço. A FUNAI tem muito que ver na Amazônia, em Goiás, em Mato Grosso, etc. Volte para ali suas vistas e sua autoridade. Entenda-se com os bispos e os padres da região, com os chefes das tribos e com os fazendeiros para fixar as reservas indígenas. E deixe os baianos cultivar suas terras, criar seus rebanhos, trabalhar em paz, para dar à nossa Bahia um pouco do que ela tem direito de esperar de todos nós, produção.

CRÉDITO RURAL BANERJ. DINHEIRO ANTES QUE VOCÊ PLANTE. APROVEITE JÁ.

Nunca tantos recursos estiveram à disposição das cooperativas e dos pequenos, médios e grandes produtores fluminenses. Aproveite, porque senão a gente vai atrás de você com o dinheiro.

BANERJ

BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

Disco

O CAMINHO CERTO DO CAMPO À CIDADE.

O homem e a terra. Generosa terra onde se plantando tudo dá.
Homens e máquinas trabalhando a terra que garante
nossa alimentação de cada dia.

Em todo esse processo de vida, o Disco se faz sempre
presente, criando uma verdadeira ponte rodoviária de
abastecimento, desde as principais fontes de produção
e centros de lavoura até o grande Rio de Janeiro,
Niterói, Juiz de Fora e Jundiaí.

Enfim, uma das maiores redes de supermercados deste
país oferecendo em cada manhã de todo dia,
o melhor em frutas e hortigranjeiros.